

Prefeitura Municipal de Navegantes



Unidade de Coordenação de
Controle Interno

Assunto: Relatório Circunstanciado – 2º Quadrimestre/2018

Em cumprimento as atribuições indicadas nos artigos 6º e 7º da Lei Municipal nº 1417 de 30 de julho de 2001, a Unidade de Coordenação do Controle Interno do Município de Navegantes, com base nos dados apurados nos Órgãos Setoriais de Controle Interno, emite o presente relatório sobre a gestão do Prefeito relativamente ao 2º quadrimestre de 2018.

A Unidade de Coordenação de Controle Interno realiza um trabalho de coleta de dados dos diversos Órgãos Setoriais de Controle Interno, conforme Decreto 591/2006 de Regulamentação do Sistema do Controle Interno Municipal, para o devido acompanhamento da gestão e apurar possíveis irregularidades e /ou falhas para que sejam tomadas as providências necessárias.

O órgão de controle interno do Município realiza questionários através de sistema informatizado nos diversos órgãos setoriais para o acompanhamento mais eficiente sobre os controles adotados e a adotar em cada unidade gestora. Desta forma, faz-se uma análise para identificar os setores que apresentam ausência de controle ou os controles mais frágeis para que estes sejam prioridades na atuação do sistema de controle interno municipal.

Além disso, o Órgão Central de Controle Interno do Município tem editado, publicado e revisado várias instruções normativas com temas específicos sobre os procedimentos de controle a serem adotados nos órgãos setoriais de controle interno. As normativas são publicadas no sítio eletrônico do Município e divulgadas para os responsáveis nas unidades e acompanhadas/fiscalizadas pelo órgão central de controle interno.

A sistemática de controle interno do município atualmente ainda está sendo reformulada a fim de alcançar um padrão de eficiência e eficácia desejada. A Lei que institui o Sistema de Controle Interno é de 2001 e seu regulamento é de 2006, estando ambos defasados em diversos pontos, apesar de ter sido realizado através do Decreto nº 351/2017 algumas atualizações pontuais necessárias. Todo o Sistema de Controle Interno está sendo ampliado significativamente, buscando maior organização, otimização, integralidade dos órgãos da administração municipal e a ampliação do controle público municipal.

SUMÁRIO

1	EXECUÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA	5
1.1	Metas de Arrecadação	5
1.2	Metas de Despesa	6
1.3	Gastos por Órgão de Governo	7
1.4	Gastos por Funções e Ações de Governo.....	8
1.5	Resultado Orçamentário (Corrente + Capital + Intra-Orçamentária)	11
1.6	Comparação entre as Receitas e Despesas (Corrente + Capital)	12
1.7	Resultado Primário.....	14
1.8	Resultado Nominal.....	15
2	LIMITES CONSTITUCIONAIS E DA LRF	16
2.1	Limite de Gastos com Pessoal	16
2.2	Limite da Dívida Pública	19
2.3	Garantias e Contra Garantias de Valores	20
2.4	Limite de Operações de Créditos	21
2.5	Dos gastos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino:	22
2.6	Dos gastos com Ações e Serviços Públicos de Saúde:.....	24
3	ATIVIDADES DO PODER LEGISLATIVO	26
3.1	Atos do Legislativo	26
3.2	Câmara de Vereadores versus Limites Impostos pela LC nº 101/2000 (LRF)	27
3.3	Da Situação Financeira da Câmara Municipal de Vereadores	28
3.4	Da Situação Orçamentária da Câmara Municipal de Vereadores.....	28
4	RESULTADO DA PESQUISA ELETRÔNICA.....	29
4.1	Ambiente de Controle.....	29
4.2	Poder Executivo	34
4.2.1	Corregedoria	Erro! Indicador não definido.
4.2.2	Fundação Cultural.....	34
4.2.3	Fundação de Esportes.....	34
4.2.4	Fundação do Meio Ambiente	34
4.2.5	Procuradoria	34
4.2.6	Secretaria de Administração.....	34
4.2.7	Secretaria de Agricultura e Pesca	35
4.2.8	Secretaria de Assistência Social	35
4.2.9	Secretaria de Comunicação Social	35

4.2.10	Secretaria de Desenv. Econ. e Receita	35
4.2.11	Secretaria de Educação	35
4.2.12	Secretaria de Finanças.....	36
4.2.13	Secretaria de Gestão e Controle	36
4.2.14	Secretaria de Governo.....	36
4.2.15	Secretaria de Obras	36
4.2.16	Secretaria de Planejamento Urbano	36
4.2.17	Secretaria de Saúde.....	37
4.2.18	Secretaria de Segurança Pública	37
4.2.19	Secretaria de Turismo	37
4.3	Poder Legislativo	37
4.3.1	Câmara Municipal de Vereadores	37
4.4	Autarquias.....	37
4.4.1	NavegantesPrev.....	37
4.4.2	Sesan.....	37
5	IMPLANTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS (MCASP)	39
6	ACOMPANHAMENTO DAS METAS FÍSICAS DA LOA.....	42
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	45

1 EXECUÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

1.1 METAS DE ARRECADAÇÃO

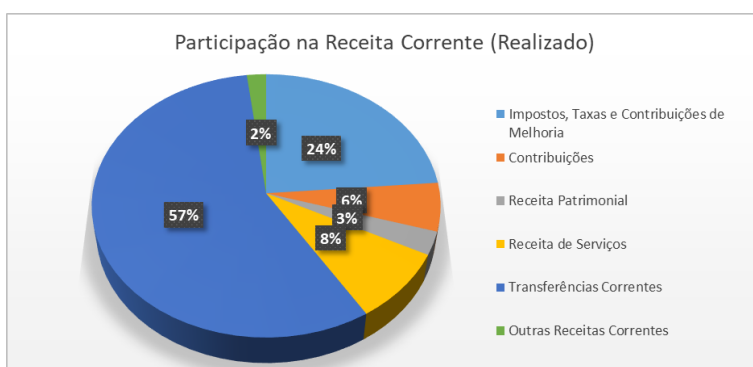
Receitas: Metas x Realizado	Acumulada	Acumulada	Diferença	%
	Meta	Receita	Receit. - Meta	Receit. x Meta
Receitas Correntes	168.854.482	180.983.439	12.128.957	107%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	35.914.477	42.896.081	6.981.605	119%
Contribuições	8.735.843	10.715.837	1.979.994	123%
Receita Patrimonial	9.128.983	5.146.092	-3.982.891	56%
Receita de Serviços	14.159.149	15.646.885	1.487.736	111%
Transferências Correntes	98.913.447	103.047.415	4.133.968	104%
Outras Receitas Correntes	2.002.583	3.531.128	1.528.545	176%
Receitas de Capital	23.218.262	6.293.753	-16.924.510	27%
Operações de Crédito	12.666.667	1.671.842	-10.994.825	13%
Alienação de Bens	0	0	0	-
Transferências de Capital	10.551.596	4.621.911	-5.929.685	44%
Receitas Intra-Orçamentárias Correntes	8.994.039	12.062.492	3.068.453	134%
TOTAL (Correntes + Capital)	192.072.744	187.277.191	-4.795.553	98%

Pode-se observar, pelo quadro acima, que no 2º quadrimestre do exercício de 2018, o Município não atingiu as metas gerais de arrecadação definidas na Lei Orçamentária Anual, ficando com aproximadamente 5 milhões de déficit, o que representa 98% de atingimento da meta, esta análise leva em consideração apenas as receitas correntes e de capital, não fazendo parte do estudo as receitas intra-orçamentárias.

No entanto se for desmembrada a análise por tipos de receita, as Receitas Corrente estão atingindo a meta (7% acima da meta), mas dentro desta composição a receita patrimonial está prejudicando bastante este índice (atingiu apenas 56% da meta) resultando em um déficit de quase 4 milhões da meta neste subitem.

Fazendo a análise apenas das Receitas de Capital o percentual de atingimento está muito aquém do esperado, onde obteve-se apenas 27% de atingimento da meta, resultando em um déficit nesta receita de quase 17 milhões da meta.

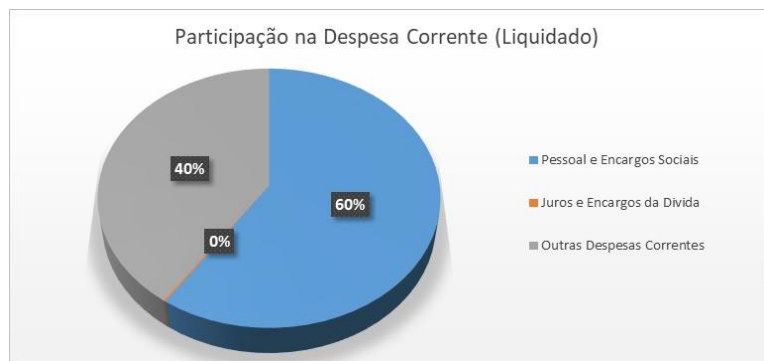
Conforme demonstrado no gráfico ao lado, as maiores fatias das receitas correntes são provenientes das “transferências correntes” seguida dos “impostos, taxas e contribuições de melhoria”, as duas juntas representam 81% de todas as receitas desta categoria.



1.2 METAS DE DESPESA

Despesas: Metas x Liquidado	Acumulada	Acumulada	Diferença	%
	Meta	Liquidado	Liquid. - Meta	Liquid. x Meta
Despesas Correntes	140.060.128	131.670.342	-8.389.786	94%
Pessoal e Encargos Sociais	83.195.418	78.278.613	-4.916.805	94%
Juros e Encargos da Dívida	201.585	240.836	39.250	119%
Outras Despesas Correntes	56.663.125	53.150.894	-3.512.231	94%
Despesas de Capital	43.710.167	8.851.691	-34.858.476	20%
Investimentos	40.376.834	3.869.861	-36.506.972	10%
Amortização da Dívida	3.333.333	4.981.829	1.648.496	149%
Reserva de Contingência	15.914.836	0	-15.914.836	-
Despesas Intra-Orçamentárias	0	19.352.916	19.352.916	-
TOTAL (Correntes + Capital)	183.770.295	140.522.033	-43.248.262	76%

Conforme pode ser observado no quadro acima as despesas correntes e de capital estão abaixo da meta estipulada comparando com os valores liquidados. Vale destacar que dentro do grupo despesas correntes, o item juros e encargos da dívida, os gastos estão cerca de 19% acima da meta estipulada, mas não chega a interferir no índice uma vez que o valor é baixo comparado com o montante total.



Já no grupo despesas de capital os gastos no item amortização da dívida está cerca de 49% acima da meta estipulada, mas também não chega a influenciar muito no índice deste grupo pois o valor é relativamente baixo comparado com o total.

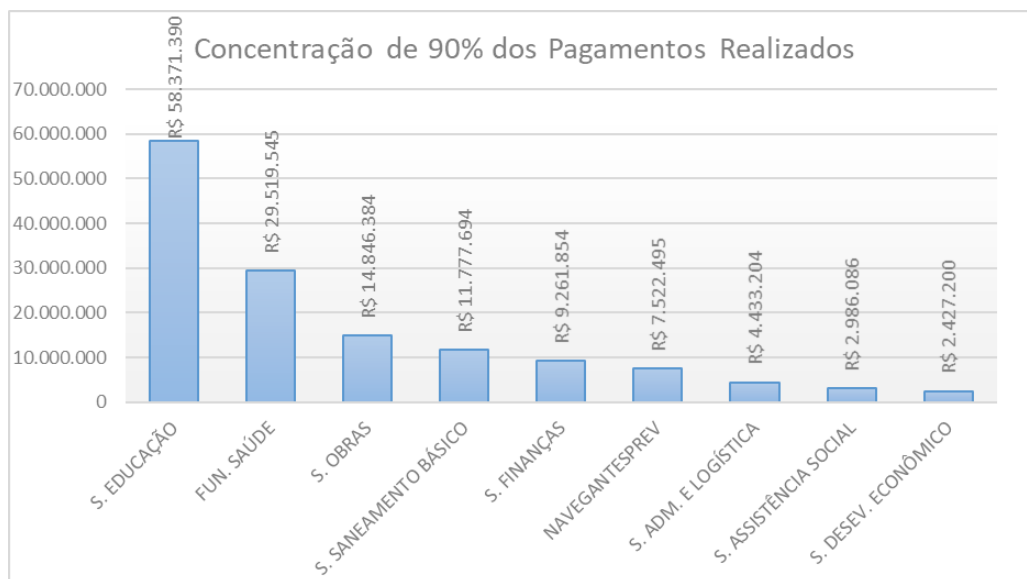


1.3 GASTOS POR ÓRGÃO DE GOVERNO

Cód	Nome Resumido	Orçado (1)	Orçado Atualizado (1)	Empenhado (2)	Liquidado (2)	Pago (2)	% Pago x Orçad.
1	CÂMARA DE VEREADORES	R\$ 4.840.061	R\$ 4.840.061	R\$ 2.721.874	R\$ 2.409.065	R\$ 2.409.065	50%
2	GAB. DO PREFEITO	R\$ 1.910.000	R\$ 1.810.000	R\$ 1.277.343	R\$ 1.039.909	R\$ 1.032.049	57%
3	GAB. VICE PREFEITO	R\$ 623.000	R\$ 623.000	R\$ 256.742	R\$ 256.742	R\$ 256.742	41%
6	S. COMUNICAÇÃO SOCIAL	R\$ 1.162.000	R\$ 1.162.000	R\$ 798.293	R\$ 660.540	R\$ 631.513	54%
7	S. GOVERNO	R\$ 1.285.000	R\$ 1.135.010	R\$ 777.414	R\$ 650.612	R\$ 637.948	56%
8	PROCURADORIA	R\$ 2.435.000	R\$ 2.435.000	R\$ 1.564.334	R\$ 1.502.134	R\$ 1.496.603	61%
9	S. ADM. E LOGÍSTICA	R\$ 7.187.500	R\$ 7.187.500	R\$ 5.983.717	R\$ 4.479.431	R\$ 4.433.204	62%
10	S. FINANÇAS	R\$ 9.587.878	R\$ 13.922.878	R\$ 13.376.007	R\$ 9.431.070	R\$ 9.261.854	67%
12	S. ASSISTÊNCIA SOCIAL	R\$ 5.079.850	R\$ 5.862.066	R\$ 4.457.820	R\$ 3.295.757	R\$ 2.986.086	51%
13	S. EDUCAÇÃO	R\$ 94.976.654	R\$ 102.662.147	R\$ 68.261.922	R\$ 59.301.215	R\$ 58.371.390	57%
14	S. AGRICULTURA E PESCA	R\$ 1.548.000	R\$ 1.648.000	R\$ 1.250.068	R\$ 848.052	R\$ 847.473	51%
15	S. SEGURANÇA	R\$ 1.366.500	R\$ 1.384.500	R\$ 657.417	R\$ 646.790	R\$ 636.605	46%
16	S. TURISMO,CULT. E ESPORTE	R\$ 2.645.090	R\$ 2.645.090	R\$ 1.251.613	R\$ 1.053.486	R\$ 1.024.100	39%
17	S. OBRAS	R\$ 51.858.058	R\$ 53.908.230	R\$ 20.498.350	R\$ 15.372.521	R\$ 14.846.384	28%
18	FUMAN	R\$ 1.156.165	R\$ 1.201.165	R\$ 809.051	R\$ 711.433	R\$ 695.399	58%
19	FUN. DE CULTURA	R\$ 1.881.400	R\$ 1.881.400	R\$ 1.005.350	R\$ 935.539	R\$ 917.587	49%
20	FUN. ESPORTES	R\$ 2.562.593	R\$ 2.562.593	R\$ 1.118.864	R\$ 889.370	R\$ 838.479	33%
21	FUN. HOSPITALAR	R\$ 731.800	R\$ 731.800	R\$ 8.630	R\$ 7.172	R\$ 7.172	1%
22	FUN.VIGILÂNCIA E TRÂNSITO	R\$ 1.731.609	R\$ 2.240.412	R\$ 1.592.112	R\$ 1.134.904	R\$ 1.110.486	50%
23	FUN. ASSISTÊNCIA SOCIAL	R\$ 1.540.785	R\$ 1.647.658	R\$ 496.032	R\$ 381.992	R\$ 369.370	22%
24	FUN. CRIANÇA E ADOL.	R\$ 438.000	R\$ 438.000	R\$ 15.369	R\$ 8.487	R\$ 8.483	2%
25	FUN. SAÚDE	R\$ 41.636.250	R\$ 47.615.881	R\$ 36.885.948	R\$ 30.470.254	R\$ 29.519.545	62%
27	FUNREBOM	R\$ 707.500	R\$ 707.500	R\$ 466.018	R\$ 294.015	R\$ 273.660	39%
28	S. SANEAMENTO BÁSICO	R\$ 20.023.300	R\$ 20.023.300	R\$ 16.772.903	R\$ 11.978.424	R\$ 11.777.694	59%
29	NAVEGANTESPREV	R\$ 35.548.048	R\$ 35.548.048	R\$ 7.694.151	R\$ 7.522.495	R\$ 7.522.495	21%
30	S. GESTÃO E CONTROLE	R\$ 939.500	R\$ 939.500	R\$ 435.601	R\$ 430.666	R\$ 429.658	46%
31	S. DESEV. ECONÔMICO	R\$ 2.651.620	R\$ 2.801.620	R\$ 2.626.864	R\$ 2.433.563	R\$ 2.427.200	87%
32	S. CRIANÇA,ADOL. E JUV.	R\$ 1.211.500	R\$ 991.540	R\$ 620.691	R\$ 546.658	R\$ 537.496	54%
33	S. PLANEJAMENTO URBANO	R\$ 1.351.000	R\$ 1.371.000	R\$ 1.199.645	R\$ 1.182.652	R\$ 1.181.606	86%
99	RES. DE CONTINGÊNCIA	R\$ 984.512	R\$ 492.256	R\$ -	R\$ -	R\$ -	0%
	Total Geral	R\$ 301.600.173	R\$ 322.419.155	R\$ 194.880.142	R\$ 159.874.948	R\$ 156.487.348	49%

Fonte: (1) Portal Transparência (Execução de despesa) + (2) Betha Sapo (Empenhos Emitidos)

O quadro acima permite verificar como está o comparativo entre o orçado e o pago até este período entre todos os órgãos do governo (Secretarias, Fundos, Fundações, Câmara, Navegantesprev, etc). No total já foi pago 49% do total previsto para o exercício corrente.



No gráfico acima é possível verificar onde está concentrado 90% de todos os gastos do Município, sendo que o mais significativo é a Secretaria de Educação que consome 37% de todos os recursos até o momento.

1.4 GASTOS POR FUNÇÕES E AÇÕES DE GOVERNO

Código	Projeto / Atividade	Orçado	Orçado Atualizado	Empenhado	Liquidado	Pago	% Orç Atu. x Pago
0 001	Amortização da Dívida Pública	5.302.378	9.337.378	9.337.378	6.269.888	6.269.888	67%
002	PASEP - Programa de Formação do Patrimônio do Servidor	2.106.000	2.106.000	2.106.000	1.555.762	1.389.019	66%
003	Reserva de Contingência	984.512	492.256	0	0	0	0%
799	Reserva Orçamentária do RPPS	24.304.707	24.304.707	0	0	0	0%
1 001	Ampliação e Padronização da Infraestrutura de TI	50.000	50.000	33.420	25.100	25.100	50%
002	Estruturação e Infraestrutura para a Transparência	30.000	30.000	0	0	0	0%
003	Aquisição de veículos	50.000	10	0	0	0	0%
004	Aquisição de máquinas	50.000	10	0	0	0	0%
005	Aquisição de Equipamentos	50.000	100.000	0	0	0	0%
006	Implantação e manutenção de estruturas para acessibilidade	300.000	300.000	0	0	0	0%
008	Aquisição de veículos para a Secretaria de Segurança Pública	50.000	50.000	0	0	0	0%
012	Implantação e manutenção Parque Natural	20.000	20.000	0	0	0	0%
013	Implantação e manutenção de Quiosques Containers	50.000	50.000	0	0	0	0%
014	Pavimentação e infraestrutura das vias públicas	2.650.350	2.573.346	1.446.674	940.380	927.274	36%
017	Revitalização de praças e jardins	100.000	40.310	0	0	0	0%
018	Implantação do Binário do Aeroporto	8.000.000	8.000.000	0	0	0	0%
019	Ampliação da rede de iluminação pública	1.202.660	1.732.660	1.193.280	546.046	144.350	8%
029	Construção de Áreas Esportivas bairro Meia Praia	104.500	104.500	0	0	0	0%
034	Aquisição de ônibus	303.050	303.050	0	0	0	0%
036	Ampliação e Recuperação da Sinalização Viária	50.800	50.800	46.989	46.360	46.360	91%
037	Aquisição de Equipamentos para a Fundação Municipal de Cultura	31.500	11.500	629	629	629	5%
038	Aquisição de Veículos para a Fundação Municipal de Cultura	50.125	173.125	108.000	108.000	108.000	62%
039	Implantação do Parque Ambiental	83.600	40.450	0	0	0	0%
040	Aquisição de equipamento	29.260	11.260	0	0	0	0%
041	Aquisição de veículos	33.440	200	0	0	0	0%
042	Conscientização da Coleta Seletiva e Reciclagem	3.654	3.654	1.733	1.733	1.733	47%
043	Implantar prontuário informatizado em todas as Unidades	100.000	100.000	11.008	11.008	11.008	11%
044	Aquisição de Equipamentos e Mobiliários p/ o Centro de Cultura	50.000	100	0	0	0	0%
045	Construção, Ampliação e Reforma de Unidades de Atenção	40.000	40.000	0	0	0	0%
046	Construção de nova UBS Nossa Senhora das Graças	40.000	40.000	0	0	0	0%
047	Ampliação UBS Porto das Balsas	40.000	40.000	0	0	0	0%
048	Construção de nova UBS São Pedro	740.000	340.000	0	0	0	0%
049	Construção de nova UBS São Domingos II	540.000	540.000	0	0	0	0%
050	Construção de nova UBS Central	756.000	756.000	0	0	0	0%
051	Ampliação UBS Escalvados	40.000	40.000	0	0	0	0%
053	Construção, Ampliação e Reforma de Unidades de Saúde	300.000	300.000	0	0	0	0%
054	Aquisição de Veículos p/Saúde	524.863	1.060.363	459.100	0	0	0%
055	Aquisição de Equipamentos e Mobiliários p/ Unidades de Saúde	60.000	144.416	87.376	24.787	4.750	3%
056	Construção, Ampliação e Reforma de Unidades Hospitalares	3.243.015	3.643.015	415.187	0	0	0%
057	Aquisição de Equipamentos e Mobiliários para Unidades Hospitalares	140.000	300.000	237.800	237.800	237.800	79%
058	Construção do Centro de Reabilitação Animal	150.000	100	0	0	0	0%
059	Aquisição de veículos para a Secretaria de Obras	100.000	100.000	0	0	0	0%
060	Aquisição de Máquinas para a Secretaria de Obras	100.000	100.000	0	0	0	0%
061	Aquisição de terreno e construção da sede do Instituto de Planejamento	322.263	322.263	0	0	0	0%
062	Impermeabilização do reservatório de água na Rua Rodolfo	600.000	600.000	0	0	0	0%
063	Ampliação da rede de distribuição de água	500.000	500.000	0	0	0	0%
064	Ampliação da capacidade de Bombeamento e Presurização	200.000	200.000	0	0	0	0%
069	Aquisição de veículos	119.000	91.300	63.300	63.300	63.300	69%
070	Aquisição de imóveis para Escolas de Ensino Fundamental	800.000	400.000	0	0	0	0%
071	Aquisição de imóveis e construção de Escolas de Educação Infantil	1.100.000	1.250.000	650.548	402.066	371.510	30%
	Aquisição de imóveis para Escolas de Educação Infantil	400.000	400.000	0	0	0	0%
076	Aquisição de Parques Infantis	200.000	200.000	68.100	54.000	54.000	27%
077	Aquisição de equipamentos e mobiliários	300.000	300.000	0	0	0	0%
080	Aquisição de veículo Convênio de Trânsito - Polícia Civil	80.800	80.800	0	0	0	0%
081	Climatização dos ambientes	100.000	100.000	64.855	64.855	64.855	65%
082	Construção de Laboratórios de Informática	100.000	100.000	0	0	0	0%
083	Construção de Salas de Recursos Multifuncionais	100.000	100.000	0	0	0	0%
084	Aquisição de equipamentos e mobiliários	100.000	100.000	0	0	0	0%
085	Aquisição de lousas digitais, tablets e computadores	300.000	300.000	70.750	70.750	70.750	24%
086	Aquisição de materiais de Tecnologia Assistiva	100.000	100.000	0	0	0	0%
087	Aquisição de equipamentos e mobiliários	50.000	50.000	1.600	1.600	1.600	3%
088	Construção de Centros de Atendimento de Contra Turno	300.000	100.000	0	0	0	0%
090	Aquisição de ônibus para o transporte escolar dos alunos	450.000	450.000	0	0	0	0%
091	Aquisição de vans para o transporte escolar dos alunos das escolas	250.000	250.000	0	0	0	0%
094	Construção de Quadras Escolares E.M. Profª Rosa Maria Xavier	500.000	600.000	328.263	0	0	0%
098	Reforma e Ampliação da Unidade Hospitalar	198.400	198.400	0	0	0	0%
099	Aquisição de Equipamentos e Mobiliário p/Unidade Hospitalar	63.450	63.450	0	0	0	0%
100	Aquisição de Veículos e Equipamentos para o FUMREBOM	55.000	55.000	0	0	0	0%
101	Construção do Quartel do Corpo de Bombeiros Militar	286.000	96.000	0	0	0	0%
103	Ampliação de Escolas de Ensino Fundamental Escola Profª	1.900.000	1.900.000	0	0	0	0%

111	Construção de Escolas de Ensino Fundamental São Doming	1.500.000	3.638.386	0	0	0	0%
116	Construção de Escolas de Educação Infantil Bairro Gravatá	1.800.000	2.900.000	0	0	0	0%
118	Construção de Praça de Convivência - Região do Aeroporto	300.728	327.878	0	0	0	0%
119	Molhe de Gravatá	510.000	510.000	0	0	0	0%
120	Reconstrução parcial da estrutura turística da Praia de Gra	1.661.305	1.870.985	0	0	0	0%
121	Macro Drenagem da Região Central - Baixa B	7.000.000	6.972.850	0	0	0	0%
122	Calçadas Av. Prefeito José J. Mafra/Av. Cons. João Gaya	2.000.000	2.000.000	0	0	0	0%
123	Drenagem, pavimentação, calçadas acessíveis Ruas:Itajai, J	10.001.000	10.001.000	878.796	0	0	0%
126	Construção da Nova Sede da Câmara de Vereadores	500.000	500.000	0	0	0	0%
127	Construção da 2ª etapa da Creche de Porto Escalvados	0	604.000	382.014	0	0	0%
128	Ampliação do C.M.E.I. Bruce Craston Kay	0	2.200.000	0	0	0	0%
2	001 Manutenção e Funcionamento do Diretoria de Gestão de Be	1.175.000	1.175.000	1.419.841	682.306	661.528	56%
	002 Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Gestão de Re	5.742.500	5.742.500	4.441.128	3.697.302	3.673.977	64%
	003 Manutenção e Funcionamento do Diretoria Gestão Patrimo	70.000	70.000	34.262	25.119	22.995	33%
	004 Manutenção e Funcionamento de Tecnologia da Informaçã	150.000	150.000	55.067	49.603	49.603	33%
	005 Manutenção e Funcionamento do Programa Planejamento e	1.285.000	1.135.010	777.414	650.612	637.948	56%
	006 Manutenção e Funcionamento do Programa Navegantes Ma	70.000	70.000	3.152	3.063	3.063	4%
	007 Manutenção e Funcionamento do Programa Controle na Ad	839.500	839.500	432.449	427.603	426.596	51%
	008 Manutenção e Funcionamento da Diretoria do Tesouro	1.607.000	1.907.000	1.367.865	1.048.958	1.046.492	55%
	009 Manutenção e Funcionamento do Gabinete do Prefeito	1.910.000	1.810.000	1.277.343	1.039.909	1.032.049	57%
	010 Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Contabilidade	572.500	572.500	564.764	556.462	556.456	97%
	011 Desenvolvimento de Estudos e Projetos de Infraestrutura U	30.000	30.000	726	726	726	2%
	012 Manutenção e Ampliação das Atividades de Fiscalização de	1.321.000	1.341.000	1.198.919	1.181.926	1.180.880	88%
	013 Manutenção e Funcionamento da Secretaria de Comunicação	562.000	562.000	373.679	373.679	373.679	66%
	014 Criação e Desenvolvimento de Campanhas Institucionais	600.000	600.000	424.614	286.861	257.834	43%
	015 Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Apoio a Agri	1.188.000	1.464.120	1.198.766	825.056	824.710	56%
	016 Manutenção e Funcionamento do Programa Horta em todo	30.000	30.000	19.312	6.234	6.001	20%
	017 Manutenção e Funcionamento do Programa PROATER	30.000	10	0	0	0	0%
	018 Orientação e Capacitação dos Produtores do Município	30.000	30.000	28.153	14.076	14.076	47%
	019 Dragagem da Lagoa Bairro São Pedro	50.000	20.000	0	0	0	0%
	020 Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Apoio a Pesc	70.000	3.850	3.837	2.686	2.686	70%
	021 Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Políticas da	971.500	871.510	600.691	537.180	528.018	61%
	022 Manutenção e Funcionamento do Programa Pacto pela Cria	50.000	20.000	0	0	0	0%
	023 Manutenção e Funcionamento do Centro de Cidadania	70.000	50.010	20.000	9.479	9.479	19%
	024 Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Políticas da	70.000	20.010	0	0	0	0%
	025 Manutenção e Funcionamento do Programa Pacto pela Juve	50.000	30.010	0	0	0	0%
	026 Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Segurança	1.144.500	1.144.500	634.724	632.011	630.647	55%
	027 Manutenção e Funcionamento da Defesa Civil	50.000	50.000	0	0	0	0%
	030 Manutenção e Funcionamento da Secretaria de Turismo	925.090	925.090	532.999	466.505	447.584	48%
	031 Projeto Verão	900.000	900.000	577.001	517.001	517.001	57%
	032 Aniversario do Município	300.000	300.000	82.513	10.880	415	0%
	035 Manutenção e Funcionamento do Programa Turismo Suster	300.000	300.000	0	0	0	0%
	036 Manutenção e Funcionamento da Procuradoria Geral do M	1.835.000	1.835.000	1.203.230	1.143.672	1.138.141	62%
	037 Precatórios Judiciais	500.000	500.000	338.049	338.049	338.049	68%
	038 Manutenção e funcionamento do PROCON	100.000	100.000	23.054	20.413	20.413	20%
	039 Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Programas S	3.811.850	4.061.820	3.361.268	2.713.719	2.488.482	61%
	040 Manutenção e Funcionamento da Rede SUAS	120.000	0	0	0	0	#DIV/0!
	041 Manutenção e Funcionamento do Programa de Vulnerabilid	70.000	130.000	39.520	20.618	5.264	4%
	042 Manutenção e Funcionamento da Diretoria dos Cursos de C	50.000	10.010	0	0	0	0%
	043 Manutenção e Funcionamento do Programa Projovem Adol	70.000	10.010	0	0	0	0%
	044 Manutenção e Funcionamento do Programa de Atenção ao	220.000	200.010	239.238	92.037	75.648	38%
	045 Manutenção e Funcionamento do Abrigo Municipal	120.000	339.960	230.091	73.702	53.029	16%
	046 Manut. e Func. Fundo Municipal da Criança e do Adolescen	438.000	438.000	15.369	8.487	8.483	2%
	048 Manutenção e Funcionamento do Fundo Municipal de Turis	150.000	150.000	59.100	59.100	59.100	39%
	050 Serviços de limpeza e conservação das vias publicas	1.200.000	1.200.000	1.292.591	1.168.677	1.163.985	97%
	051 Macadamização e recuperação de vias publicas	1.000.000	1.000.000	1.139.367	801.135	800.351	80%
	052 Manutenção de serviços de iluminação publica	4.810.640	4.810.640	3.160.682	2.636.026	2.636.026	55%
	053 Manutenção e substituição da rede pluvial	1.000.000	1.000.000	442.217	223.018	93.572	9%
	054 Manutenção e Funcionamento da Fundação Cultural	1.223.048	1.223.048	658.152	610.841	596.602	49%
	055 Manutenção e Funcionamento da Biblioteca Pública	20.900	20.900	0	0	0	0%
	056 Manutenção e Funcionamento de Centros Municipais de Cu	20.900	20.900	1.463	1.463	1.463	7%
	057 Manutenção e Funcionamento do Fundo Municipal de Cultu	308.276	308.276	260.213	237.713	234.000	76%
	058 Manutenção e Funcionamento da Lei de Incentivo a Cultura	308.276	308.276	85.523	85.523	85.523	28%
	060 Manutenção e Funcionamento da Fundação de Esportes	1.644.443	1.644.443	1.117.884	888.390	837.499	51%
	061 Manutenção e Funcionamento do Programa Viva Verão Nav	104.500	104.500	980	980	980	1%
	062 Manutenção e Funcionamento do FUNDEL	50.000	50.000	0	0	0	0%
	063 Manutenção e Funcionamento da Lei de Incentivo ao Espor	153.050	153.050	0	0	0	0%
	065 Manutenção e Funcionamento do Bolsa Atletas	203.050	203.050	0	0	0	0%
	066 Manutenção e Funcionamento da Fundação de Transito	864.749	864.749	667.825	512.586	500.162	58%
	067 Manutenção e Funcionamento da Fundação do Meio Ambie	989.491	1.083.881	789.708	698.990	682.956	63%
	068 Manutenção da Unidade de Conservação	6.270	6.270	0	0	0	0%
	069 Manutenção e Funcionamento dos Recursos do IGD/SUAS	9.979	33.386	15.949	15.949	15.949	48%
	070 Manutenção e Funcionamento dos Recursos do CREAS	176.964	176.964	61.835	58.132	58.132	33%
	071 Manutenção e Funcionamento dos Recursos de Medidas Soc	52.800	52.800	13.083	3.472	3.472	7%
	072 Manutenção e Funcionamento Piso Básico Variável - SCFV	115.200	115.200	57.608	41.854	33.480	29%
	073 Manutenção e Funcionamento dos Recursos Abordagem So	60.000	60.000	7.648	4.304	4.304	7%
	074 Manutenção e Funcionamento dos Recursos Promoção do A	130.270	130.270	72.122	64.960	64.960	50%
	075 Manutenção e Funcionamento Piso de Alta Complexidade I	136.031	136.031	19.119	11.647	10.789	8%
	076 Manutenção e Funcionamento dos Recursos do CRAS	181.760	205.226	59.986	59.949	59.949	29%
	077 Manutenção e Funcionamento dos Recursos do Bolsa Famí	50.400	50.400	23.568	18.924	17.639	35%
	078 Manutenção e Funcionamento do Piso de Transição de Méc	10.956	10.956	0	0	0	0%

079	Manutenção e Funcionamento das Ações Estratégicas do Pr	72.000	72.000	4.200	4.200	4.200	6%
080	Manutenção e Funcionamento dos Recursos Benefícios Even	16.580	16.580	0	0	0	0%
081	Manutenção e Funcionamento do Fundo Municipal de Assis	288.845	376.545	97.613	35.302	33.198	9%
082	Manutenção e Funcionamento do Programa Primeira Infân	120.000	120.000	0	0	0	0%
083	Manutenção e Funcionamento do Fundo da Saúde	22.620.608	26.930.192	25.818.976	22.356.059	21.774.434	81%
084	Manutenção e Funcionamento do Gabinete do Vice Prefeito	623.000	623.000	256.742	256.742	256.742	41%
085	Manutenção e Funcionamento do Programa Saúde na Escol	146.400	146.400	0	0	0	0%
086	Manutenção e Funcionamento do Centro de vigilância Epid	181.248	181.248	141.302	136.825	136.825	75%
087	Manutenção dos Recursos das Ações de Dengue	80.000	60.100	31.700	31.700	31.700	53%
088	Manutenção dos Recursos do Programa DST/AIDS	114.900	94.600	50.244	35.012	31.425	33%
089	Manutenção do Programa Hiperdia	30.300	30.300	30.292	30.292	30.292	100%
090	Manutenção dos Recursos da Estratégia Saúde da Família	1.757.880	1.757.880	1.120.396	1.120.396	1.120.396	64%
091	Manutenção dos Recursos do Programa de Agente Comunit	827.424	827.424	549.839	549.839	549.839	66%
092	Manutenção da Ações da Estratégia Saúde da Família em S	363.480	363.480	273.740	273.740	273.740	75%
093	Manutenção dos Recursos do PAB	1.936.236	3.040.440	2.929.310	1.747.549	1.584.303	52%
094	Manutenção dos Recursos do NASF	276.000	276.000	174.358	162.139	162.139	59%
095	Manutenção dos Recursos do Programa Assistência Farmaco	897.002	897.002	860.740	607.191	565.310	63%
096	Manutenção dos Recursos da Gestão do SUS	84.504	84.504	0	0	0	0%
097	Manutenção e Funcionamento dos Recursos do SAMU	263.028	263.028	184.335	163.653	161.825	62%
098	Manutenção e Funcionamento do Centro de Atenção Psicos	360.560	360.260	146.137	83.940	77.790	23%
099	Manutenção e Funcionamento do Centro de Controle de Zoc	150.000	150.000	110.212	100.217	95.602	64%
100	Manutenção e Funcionamento dos Recursos da Vigilância S	616.308	616.308	264.574	255.539	255.539	41%
101	Manutenção do Programa de Financiamento das Ações de A	156.000	156.000	46.665	31.097	31.097	20%
102	Manutenção das Unidades de Atenção Especializada	40.000	40.000	8.511	8.511	8.511	21%
103	Manutenção e Funcionamento do Centro de Especialidades	40.900	30.900	22.359	22.180	22.180	72%
104	Manutenção e Funcionamento dos Recursos de Média e Alt	3.629.444	3.429.444	2.785.118	2.395.068	2.327.068	68%
105	Manutenção das Ações Básicas e Especializadas do Centro	40.000	20.100	9.812	9.812	9.812	49%
106	Manutenção e Funcionamento do Centro de Especialidades	207.900	484.027	109.833	75.901	16.159	3%
107	Manutenção do Centro de reabilitação Animal	52.250	52.250	7.024	0	0	0%
109	Atualização da Planta de Valores	200.000	200.000	134.800	133.781	133.781	67%
111	Manutenção e Funcionamento da Secretaria de Desenv. Eco	2.396.620	2.546.620	2.442.093	2.266.182	2.263.234	89%
113	Manutenção e Funcionamento do Sine	55.000	55.000	49.971	33.600	30.185	55%
114	Manutenção e funcionamento da Secretaria de Obras	9.535.000	10.982.186	10.250.879	8.528.475	8.460.913	77%
115	Manutenção da frota de maquinas e veiculos da Secretaria	1.286.375	1.286.375	1.040.082	655.783	617.485	48%
116	Manutenção e conservação dos prédios publicos	100.000	100.000	96.000	96.000	96.000	96%
117	Manutenção das atividades do Instituto de Previdência	1.460.926	1.460.926	947.426	776.104	776.104	53%
118	Manutenção dos Benefícios Previdenciários	8.742.408	8.742.408	6.594.451	6.594.451	6.594.451	75%
119	Manutenção e Funcionamento da Câmara de Vereadores	4.340.061	4.340.061	2.721.874	2.409.065	2.409.065	56%
120	Manutenção do Programa de Formação do Patrimônio do S	504.815	504.815	147.423	147.423	147.423	29%
121	Manutenção do Programa Pré e Pós Aposentadoria	107.421	107.421	4.851	4.518	4.518	4%
122	Manutenção do Programa Censo Previdenciário	105.509	105.509	0	0	0	0%
123	Manutenção e Funcionamento do Programa: Recicle seu Lix	100.000	100.000	0	0	0	0%
124	Manutenção e Funcionamento do fornecimento de água	17.623.300	17.623.300	16.330.686	11.755.406	11.684.122	66%
126	Manutenção e Funcionamento do Conselho Tutelar	618.000	618.000	442.446	374.678	363.536	59%
127	Manutenção e Funcionamento da Secretaria de Educação	310.000	310.000	240.934	178.278	165.078	53%
128	Manutenção e Funcionamento da Educação Especial	300.000	500.000	374.844	184.520	178.522	36%
129	Manutenção e Funcionamento da Educação de Jovens e Adu	275.400	275.400	0	0	0	0%
130	Manutenção e Funcionamento do Ensino Fundamental	40.335.604	41.830.912	34.755.331	31.919.630	31.675.829	76%
131	Manutenção e Funcionamento da Educação Infantil	36.832.400	37.130.199	26.643.859	24.027.872	23.822.415	64%
132	Manutenção e Funcionamento do Programa Aprendendo co	300.000	300.000	0	0	0	0%
133	Manutenção de lousas digitais, tablets e computadores	100.000	100.000	54.939	47.490	47.490	47%
134	Manutenção e Funcionamento do Programa Talento Hoje, C	100.000	100.000	0	0	0	0%
135	Manutenção e Funcionamento da Educação Integral modal	150.000	150.000	0	0	0	0%
136	Merenda Escolar Ensino Fundamental	1.919.600	1.919.600	1.567.515	659.358	505.921	26%
137	Merenda Escolar Educação Infantil	1.136.517	1.136.517	584.276	247.908	191.747	17%
138	Merenda Escolar Creche	1.796.383	1.796.383	1.771.111	858.470	653.118	36%
141	Merenda escolar Educação de Jovens e Adultos	27.400	27.400	0	0	0	0%
142	Transporte Escolar Ensino Fundamental	643.350	643.350	567.741	469.755	469.755	73%
143	Transporte Escolar Creche	100.000	100.000	47.400	26.819	10.956	11%
144	Manutenção e Funcionamento do FUMREBOM - Apoio Oper	366.500	556.500	466.018	294.015	273.660	49%
145	Transporte Escolar Educação Infantil	100.000	100.000	87.843	87.843	87.843	88%
147	Capacitação e Aperfeiçoamento para todos os Profissionais	200.000	200.000	0	0	0	0%
148	Manutenção e Funcionamento da Diretoria Administrativa	469.950	469.950	8.630	7.172	7.172	2%
149	Compensação Ambiental	10.450	55.450	17.610	10.710	10.710	19%
150	Manutenção e Funcionamento Fiscalização de Trânsito - Co	344.618	550.421	419.932	239.554	239.346	43%
151	Manutenção e Funcionamento do Convênio de Trânsito/SC	130.813	330.813	258.137	137.175	125.388	38%
152	Manutenção e Funcionamento do Convênio de Trânsito/SC	178.204	178.204	90.600	90.600	90.600	51%
153	Manut. e Func. do Convênio Prefeitura-Fiscalização/Polícia	50.000	50.000	8.254	4.477	4.477	9%
154	Convênio Polícia Militar - Rádio Patrulha	72.000	90.000	14.439	10.302	1.481	2%
155	Processo de Reintegração de Posse da Área denominada "M	0	492.256	145.257	21.003	129	0%
Total Geral		301.600.173	322.419.155	194.880.142	159.874.948	156.487.348	49%

Fonte: Beta Sapo (Empenhos Emitidos + Percentual por Dotação)

A tabela acima evidencia os desembolsos da Administração Pública Municipal, nos poderes Executivo e Legislativo, por cada ação (projeto/atividade) de governo.

1.5 RESULTADO ORÇAMENTÁRIO (CORRENTE + CAPITAL + INTRA-ORÇAMENTÁRIA)

Receitas Realizadas até o 2º Quadrimestre (Incluindo Intra-Orçamentárias)		R\$ 199.339.683,01
Classificação	Empenhadas	Liquidadas
Despesas Correntes	R\$ 152.601.996,70	R\$ 131.670.342,22
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 78.318.399,18	R\$ 78.278.613,03
Juros e Encargos da Dívida	R\$ 372.378,00	R\$ 240.835,61
Outras Despesas Correntes	R\$ 73.911.219,52	R\$ 53.150.893,58
Despesas de Capital	R\$ 14.580.558,16	R\$ 8.851.690,74
Investimentos	R\$ 6.880.558,16	R\$ 3.869.861,47
Amortização da Dívida	R\$ 7.700.000,00	R\$ 4.981.829,27
Reserva de Contingência	R\$ -	R\$ -
Despesas Intra-Orçamentárias	R\$ 20.333.277,46	R\$ 19.352.915,51
Total	R\$ 187.515.832,32	R\$ 159.874.948,47
Resultado Orçamentário	R\$ 11.823.850,69	R\$ 39.464.734,54
% Comprometido da Receita	94%	80%

O resultado orçamentário, ao final de um exercício financeiro, é representado subtraindo-se da Receita Arrecadada, as despesas empenhadas no referido exercício. No entanto, no decorrer do ano, deve ser avaliada/acompanhada tomando-se por base as despesas efetivamente realizadas (liquidadas), em virtude de empenhos dos tipos "Global" e "Estimativa". Desta forma, considerando-se a despesa liquidada, tem-se até o 2º quadrimestre do exercício de 2018 um superávit orçamentário de R\$ 39.464.734,54.

1.6 COMPARAÇÃO ENTRE AS RECEITAS E DESPESAS (CORRENTE + CAPITAL)

Receitas e Despesas (Valores Acumulados)	4º Bim
Receitas Correntes Prevista	168.854.482,00
Receitas de Capital Prevista	23.218.262,16
Total Receitas Prevista	192.072.744,16
Receitas Correntes Realizada	180.983.438,57
Receitas de Capital Realizada	6.293.752,54
Total de Receitas Realizada	187.277.191,11
% Receita Corrente Realizada / Prevista	107%
% Receita de Capital Realizada / Prevista	27%
% Receita Total Realizada / Receita Total Prevista	98%
Despesas Correntes Prevista	140.060.128,33
Despesas de Capital Prevista	43.710.167,12
Total Despesas Prevista	183.770.295,45
Despesas Correntes Liquidada	131.670.342,42
Despesas de Capital Liquidada	8.851.690,74
Total de Despesas Liquidadas	140.522.033,16
% Despesas Corrente Liquidada / Prevista	94%
% Despesa de Capital Liquidada / Prevista	20%
% Despesa Total Liquidada / Despesa Total Prevista	76%
% Despesa Liquidadas / Receita Realizada	75%
Meta	100%

Fonte: RREO ANEXO 1 + Sistema SAPO: Metas de Arrecadação e Cronograma de Desembolso

Pelos dados acima apresentados, podemos concluir que para cada R\$ 1,00 de receita corrente prevista o Município arrecadou R\$ 1,07 e para cada R\$ 1,00 de receita de capital prevista o Município arrecadou R\$ 0,27. Analisando o total da receita arrecadada, constatamos que o Município arrecadou R\$ 0,98, para cada R\$ 1,00 que havia previsto.

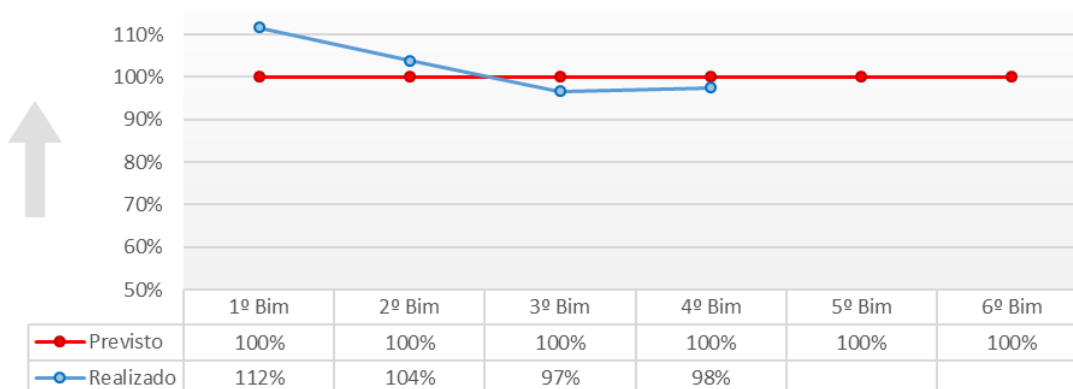
Analisando as despesas pelo mesmo critério, concluímos que para cada R\$ 1,00 de despesa corrente prevista o Município realizou, R\$ 0,94. Para cada R\$ 1,00 de despesa de capital prevista, o Município realizou R\$ 0,20. Com relação ao total de gastos efetuados pelo Município, concluímos que foram realizados R\$ 0,76 para cada R\$ 1,00 de despesas que havia previsto.

Pelos dados apresentados, fica ainda demonstrado que para cada R\$ 1,00 de receita prevista, o Município arrecadou R\$ 0,98, isto é, não está atingindo as metas de arrecadação e consequentemente não está cumprindo o disposto no artigo 13, da Lei Complementar 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

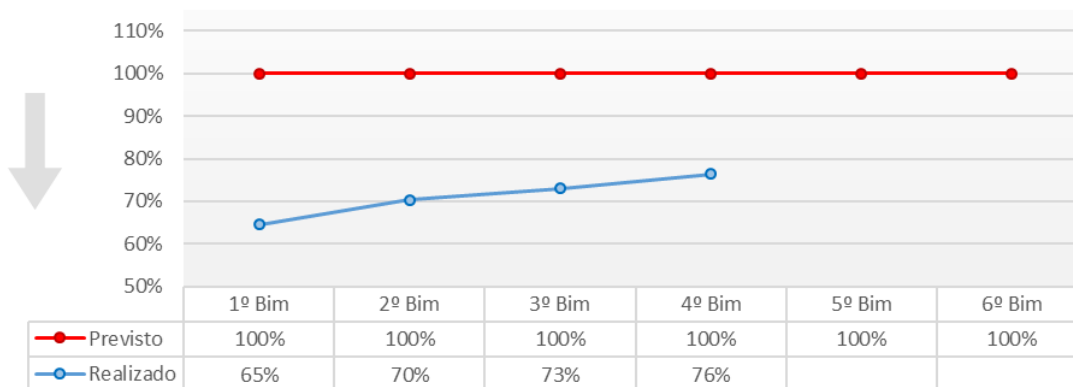
Do confronto entre receita e despesas realizadas, concluímos que para cada R\$ 1,00 de receita arrecadada o município comprometeu com despesas a importância de apenas R\$ 0,75. Estes dados apontam para o fechamento com superávit orçamentário, cumprindo desta forma o artigo 48, alínea “b” da lei 4320/64 e o artigo primeiro, parágrafo primeiro da Lei Complementar 101/2000.

Para efeito desta análise não estamos levando em consideração as informações de receitas e despesas intra-orçamentárias.

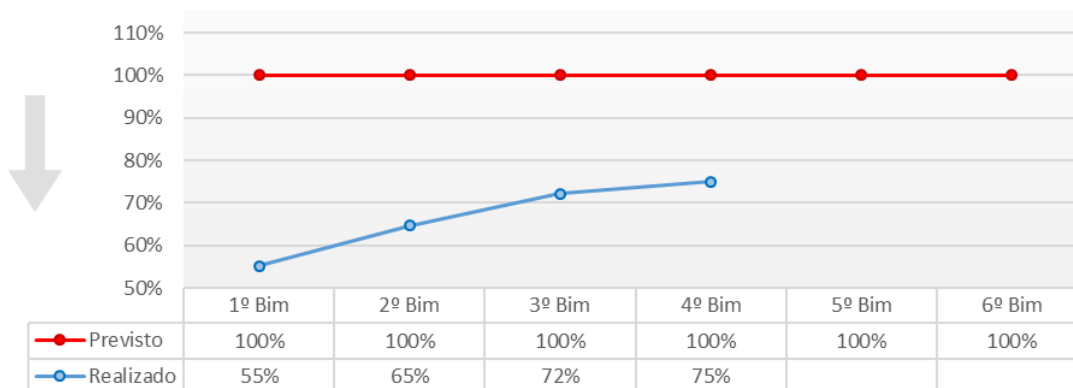
% Receita Realizada / Receita Prevista



% Despesa Liquidada / Despesa Prevista



% Despesa Liquidadas / Receita Realizada



1.7 RESULTADO PRIMÁRIO

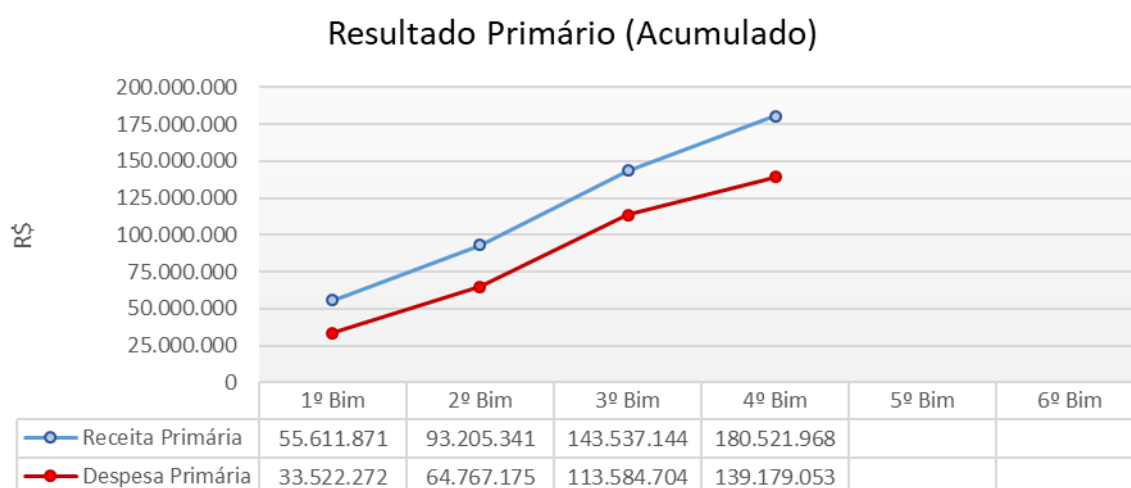
Valor Acumulado	1º Bim	2º Bim	3º Bim	4º Bim	5º Bim	6º Bim	Previsão Atualizada
Receita Primária	55.611.871	93.205.341	143.537.144	180.521.968			255.442.590
Despesa Primária	33.522.272	64.767.175	113.584.704	139.179.053			286.945.494

Resultado Primário	22.089.599	28.438.166	29.952.440	41.342.916			-31.502.904
% Rec x Des	166%	144%	126%	130%			

Obs: para a despesa realizada, foi considerado o valor despesas liquidadas e restos a pagar não processados liquidados até o período em análise.

Fonte: RREO ANEXO 6

O resultado primário é definido pela diferença entre receitas e despesas do governo, excluindo-se da conta as receitas e despesas com juros. Neste contexto, podemos evidenciar que até o encerramento do 2º quadrimestre de 2018 o município teve um resultado primário superavitário no montante de R\$ 41.342.916.



1.8 RESULTADO NOMINAL

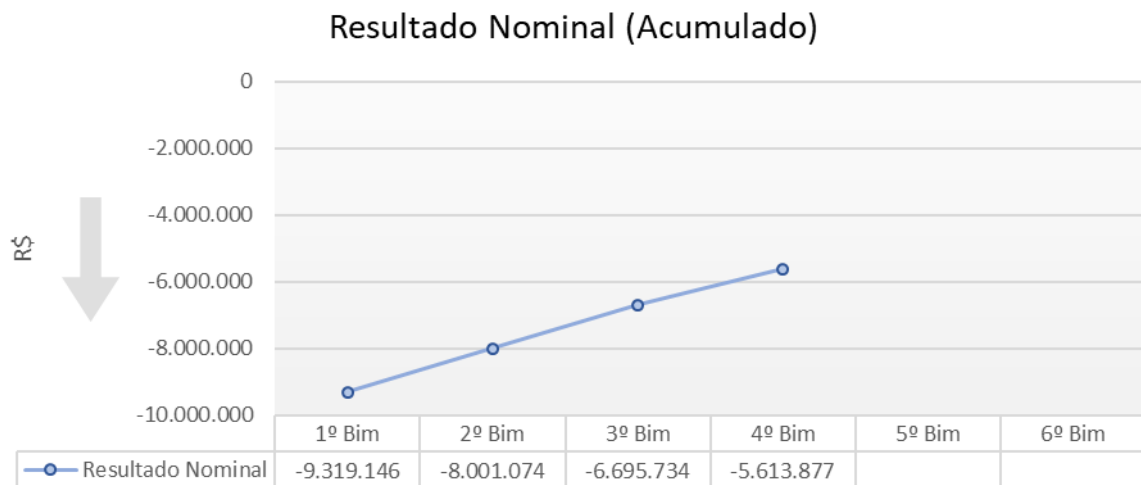
Valor Acumulado	1º Bim	2º Bim	3º Bim	4º Bim	5º Bim	6º Bim	Saldo em 31/12/2017
Dívida Consolidada	35.411.076	33.891.459	32.972.994	31.638.405			35.730.616
Deduções (Disp. de Caixa - RP) (-)	42.129.436	44.876.969	45.018.953	46.086.436			26.296.032
Receitas de Privatizações (+)	0	0	0	0			0
Passivo Reconhecidos (-)	31.611.938	30.293.867	28.988.527	27.906.670			31.727.376

Dívida Fiscal Líquida	-31.611.938	-30.293.867	-28.988.527	-27.906.670			-22.292.793
-----------------------	-------------	-------------	-------------	-------------	--	--	-------------

Resultado Nominal	-9.319.146	-8.001.074	-6.695.734	-5.613.877		
-------------------	------------	------------	------------	------------	--	--

Fonte: RREO ANEXO 6

O resultado nominal, apesar de apresentar um valor negativo (R\$ -5.613.877), é um bom resultado para o Município, pois este ficou negativo em função da alta disponibilidade de caixa na data de apuração em relação ao montante da Dívida Consolidada Municipal. No entanto pelo gráfico abaixo é possível observar que o valor vem aumentando o que merece atenção do seu comportamento nos próximos períodos.



2 LIMITES CONSTITUCIONAIS E DA LRF

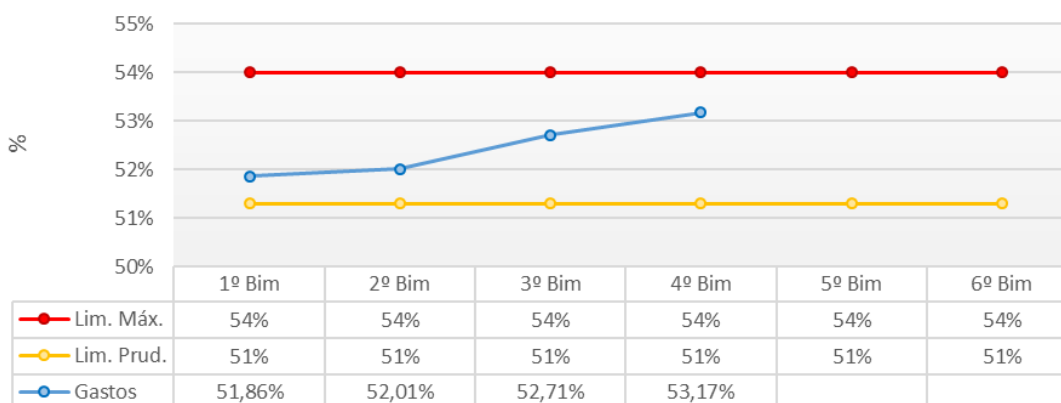
2.1 LIMITE DE GASTOS COM PESSOAL

Valor Acumulado	1º Bim	2º Bim	3º Bim	4º Bim	5º Bim	6º Bim
Receita Corrente Líquida (últimos 12 meses) (anexo 3)	244.860.215	249.540.473	250.117.131	252.368.111		
Limite máximo de gastos com pessoal - Poder Executivo (54%)	132.224.516	134.751.855	135.063.251	136.278.780		
Limite prudencial de gastos com pessoal - Poder Executivo (51,3%)	125.613.290	128.014.263	128.310.088	129.464.841		
Gastos com pessoal do Poder Executivo (12 meses)	126.971.010	129.797.067	131.830.476	134.196.355		
Percentual de gastos com pessoal - Poder Executivo	51,86%	52,01%	52,71%	53,17%		
Limite máximo de gastos com pessoal - Poder Legislativo (6%)	14.691.613	14.972.428	15.007.028	15.142.087		
Gastos com pessoal do Poder Legislativo (12 meses)	3.012.817	3.024.771	3.149.179	3.167.734		
Percentual de gastos com pessoal - Poder Legislativo	1,23%	1,21%	1,26%	1,26%		
Limite máximo de gastos com pessoal - Consolidado (60%)						
Gastos com pessoal - Consolidado (12 meses)	129.983.826	132.821.838	134.979.656	137.364.089		
Percentual de gastos com pessoal - Consolidado	53,08%	53,23%	53,97%	54,43%		

Fonte: RREO Anexo 3 (RCL) + RGF Anexo 1 (Gastos)

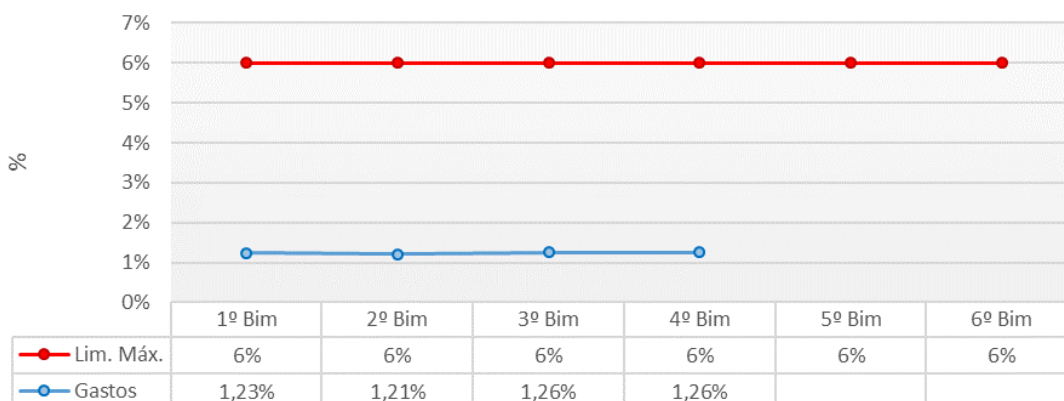
Pode-se observar na tabela acima e pelo gráfico abaixo, que o Poder Executivo Municipal está cumprindo o limite máximo de gastos com pessoal (abaixo de 54%), no entanto extrapolou o limite prudencial (51,3%).

Gastos com Pessoal - Executivo



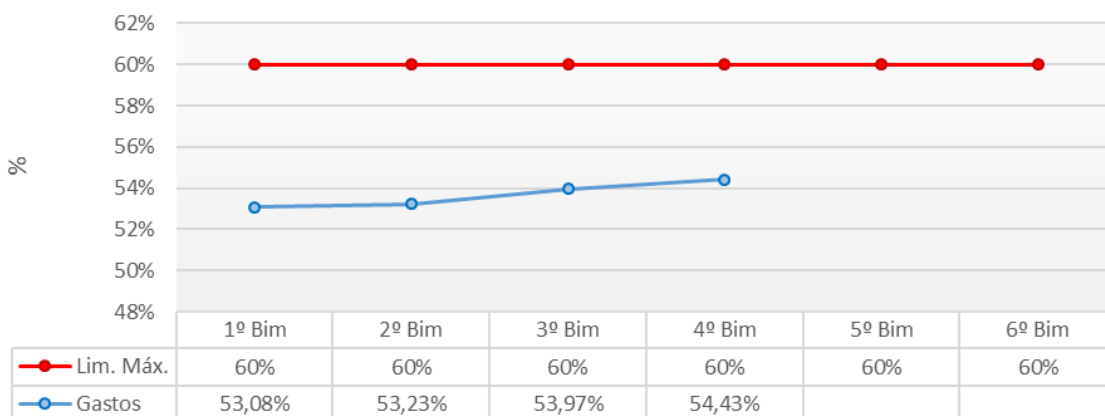
De acordo com o gráfico acima a tendência dos gastos está aumentando, sendo assim é preciso tomar algumas providências a fim de não extrapolar o limite máximo.

Gastos com Pessoal - Legislativo



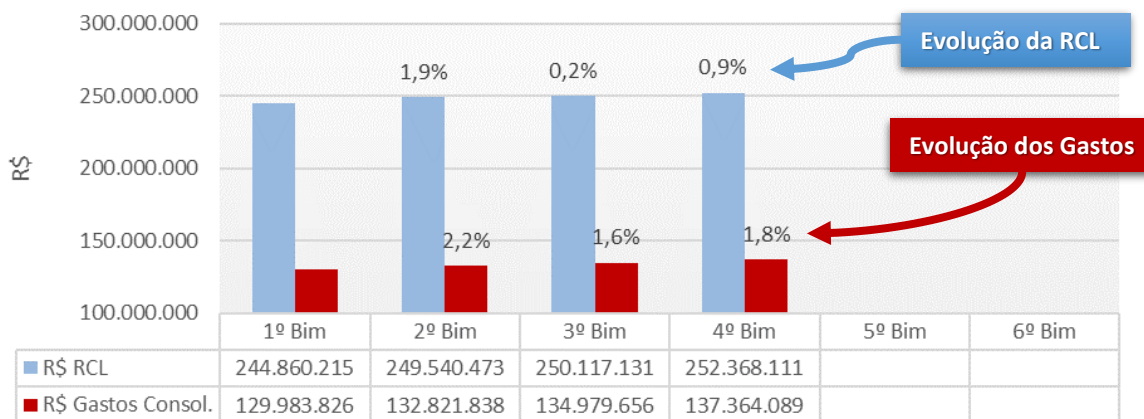
Com relação aos gastos do Legislativo, o índice está bem abaixo do limite, não necessitando de nenhuma atuação no momento.

Gastos com Pessoal - Consolidado



Nas informações consolidadas, o índice está cerca de 5,5% abaixo do limite.

RCL x Gastos Consolidados



No gráfico acima é possível verificar o comportamento da RCL e dos Gastos Consolidados comparando com o período anterior, sendo que em todos os bimestres o aumento com gastos foi sempre superior que o aumento da RCL. Isso nos remete a grande preocupação, pois os dados apontam para um aumento de gastos com pessoal constante, enquanto o crescimento da RCL vem diminuindo. Os dados evidenciam um possível atingimento do limite máximo de gastos com pessoal do Poder Executivo no final do exercício de 2018, se medidas urgentes não forem adotadas.

2.2 LIMITE DA DÍVIDA PÚBLICA

Valor Acumulado	1º Bim	2º Bim	3º Bim	4º Bim	5º Bim	6º Bim	Saldo em 31/12/2017
Dívida Consolidada	35.411.076	33.891.459	32.972.994	31.638.405			35.730.616
Deduções	42.129.416	44.871.002	45.018.953	46.086.436			26.296.032
Dívida Consolidada Líquida	-6.718.340	-10.979.543	-12.045.959	-14.448.031			9.434.583

Receita Corrente Líquida	244.828.564	249.540.473	250.117.131	252.368.111			239.703.838
--------------------------	-------------	-------------	-------------	-------------	--	--	-------------

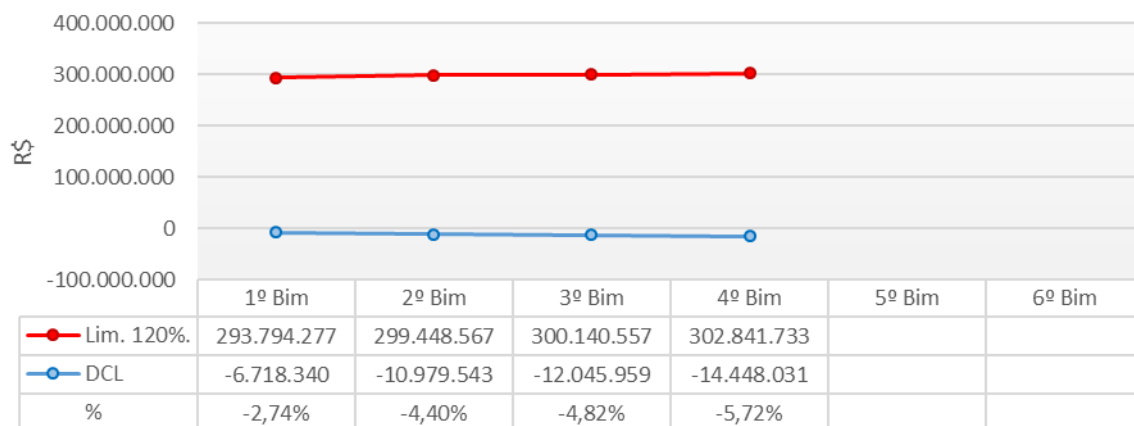
Limite Definido pelo Senado Federal	293.794.277	299.448.567	300.140.557	302.841.733			287.644.605
-------------------------------------	-------------	-------------	-------------	-------------	--	--	-------------

% da DCL de Navegantes sobre	-2,74%	-4,40%	-4,82%	-5,72%			3,94%
------------------------------	--------	--------	--------	--------	--	--	-------

Fonte: RGF Anexo 2

Observa-se na tabela acima, que o Município não atinge o limite da dívida pública definido pelo Senado Federal. O limite é consideravelmente alto e o endividamento municipal pode ser considerado baixo.

Dívida Consolidada Líquida



2.3 GARANTIAS E CONTRA GARANTIAS DE VALORES

Valor Acumulado	1º Bim	2º Bim	3º Bim	4º Bim	5º Bim	6º Bim	Saldo em 31/12/2017
Receita Corrente Líquida	244.828.564	249.540.473	250.117.131	252.368.111			239.703.838
Limite Definido pelo Senado Federal (22% da RCL)	53.862.284	54.898.904	55.025.769	55.520.984			52.734.844
Total de Garantias Concedidas pelo Município	0	0	0	0			0
% da DCL de Navegantes sobre RCL	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%			0,00%

Fonte: RGF Anexo 3

O Município de Navegantes, no 2º quadrimestre do exercício de 2018, não concedeu garantias.



2.4 LIMITE DE OPERAÇÕES DE CRÉDITOS

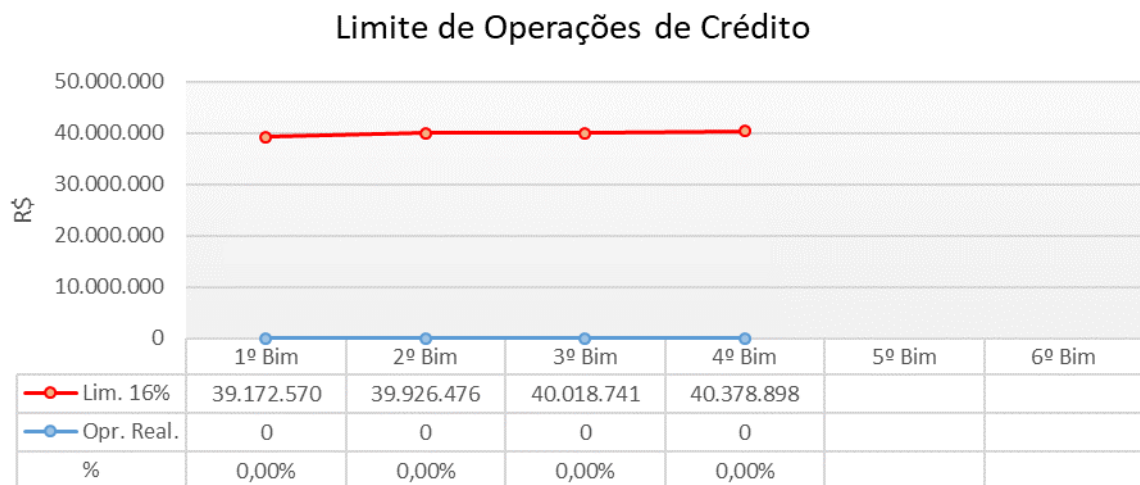
Valor Acumulado	1º Bim	2º Bim	3º Bim	4º Bim	5º Bim	6º Bim
Receita Corrente Líquida	244.828.564	249.540.473	250.117.131	252.368.111		
Limite Definido pelo Senado Federal (16% da RCL)	39.172.570	39.926.476	40.018.741	40.378.898		

Total de Operações de Crédito realizadas	0	0	0	0		
--	---	---	---	---	--	--

% da DCL de Navegantes sobre a RCL	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%		
------------------------------------	-------	-------	-------	-------	--	--

Fonte: RGF Anexo 4

Observa-se nos demonstrativos acima que o Município de Navegantes não contratou nova operação de crédito no período.



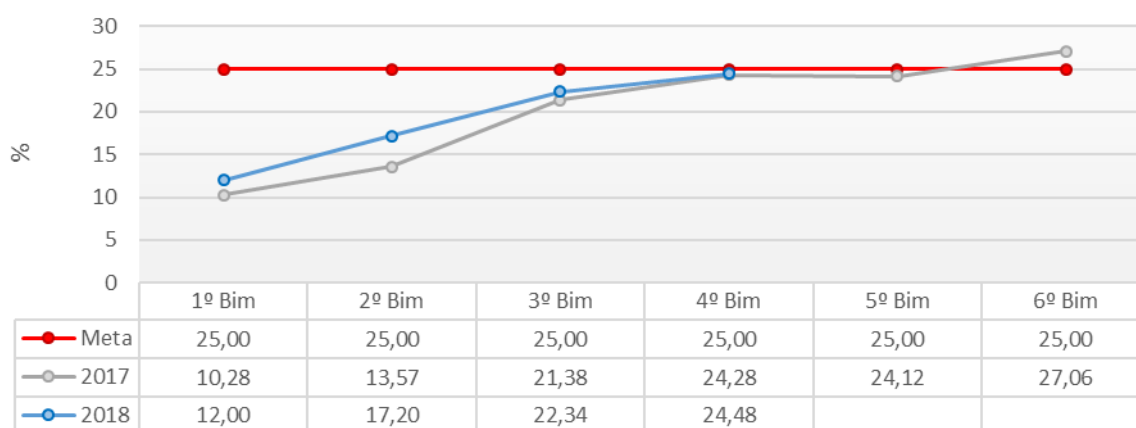
2.5 DOS GASTOS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO:

Aplicação de 25% da Receita de Impostos (art. 212 CF)	1º Bim	2º Bim	3º Bim	4º Bim	5º Bim	6º Bim
37 - Total das Despesas para Fins de Limite	3.512.982,21	8.861.534,34	16.273.278,48	23.520.265,09		
3 - Total das Receitas com Impostos	29.273.653,27	51.520.939,55	72.837.121,96	96.094.156,78		
Valor Mínimo a ser Aplicado (25% das Receitas com Impostos)	7.318.413,32	12.880.234,89	18.209.280,49	24.023.539,20		
Valor Acima/Abaixo do Limite (25%)	-3.805.431,11	-4.018.700,55	-1.936.002,01	-503.274,11		
Percentual Aplicado 2018	12,00	17,20	22,34	24,48		
Meta 2018	25,00	25,00	25,00	25,00	25,00	25,00
Percentual Aplicado 2017	10,28	13,57	21,38	24,28	24,12	27,06

Fonte: RREO Anexo 8

Pelos dados apresentados acima, fica evidenciado que o Município não está cumprindo o disposto no artigo 212 da Constituição Federal que define a aplicação mínima de 25%, da Receita resultante de Impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção do desenvolvimento do ensino.

Limite Constitucional - Educação



No entanto este mesmo comportamento ocorreu no exercício do ano anterior, onde no primeiro semestre não foi alcançado a meta estabelecida, mas no decorrer do exercício o município superou a meta (limite mínimo). É importante acompanhar este indicador e adotar providências que garantam o cumprimento do referido limite, até porque o não atingimento enseja parecer pela rejeição das contas.

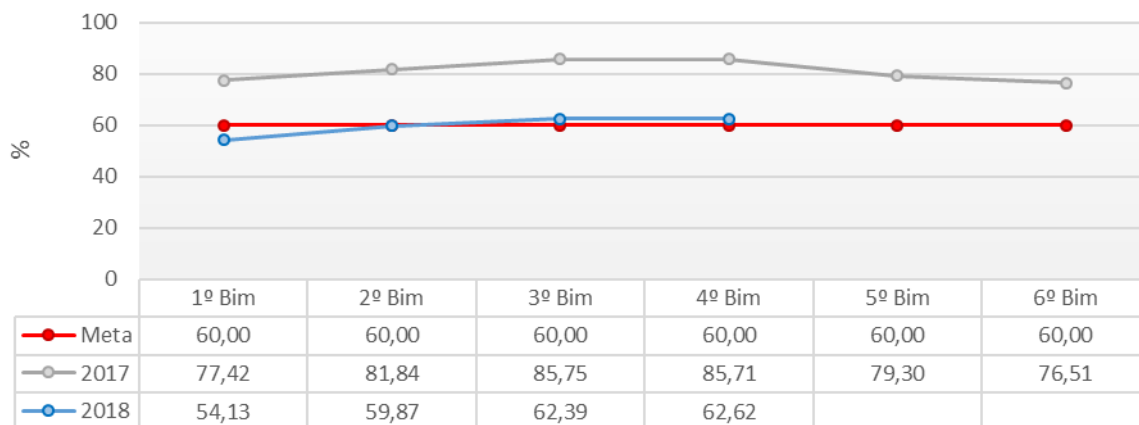
Aplicação mínima de 60% dos recursos do FUNDEB (art. 22 da Lei 11.494/2007)	1º Bim	2º Bim	3º Bim	4º Bim	5º Bim	6º Bim
11 - Receitas Recebidas do FUNDEB	10.965.294,00	21.416.881,36	31.570.307,81	42.098.810,29		
60% dos Recursos Recebidos do FUNDEB	6.579.176,40	12.850.128,82	18.942.184,69	25.259.286,17		
13 - Total Gastos com Prof. Mag. pagos com recursos FUNDEB	5.935.650,12	12.823.178,11	19.698.118,11	26.363.813,35		
Valor +/- do percentual de 60% do FUNDEB c/ Prof. do Magistério	-643.526,28	-26.950,71	755.933,42	1.104.527,18		
Percentual Aplicado 2018	54,13	59,87	62,39	62,62		
Meta 2018	60,00	60,00	60,00	60,00	60,00	60,00
Percentual Aplicado 2017	77,42	81,84	85,75	85,71	79,30	76,51

Fonte: RREO Anexo 8

Com relação as despesas do FUNDEB, conclui-se que pelos valores até então despendidos com pagamento da remuneração dos professores do ensino fundamental e profissionais em efetivo exercício no magistério, o Município aplicou 62,62% do total de recursos disponíveis, ou seja, está cumprindo o disposto no

Artigo 60, §5, do ADCT – Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, na forma da Emenda Constitucional nº 53, de 19 de dezembro de 2006.

Aplicação mínima de 60% - FUNDEB



De acordo com o gráfico apresentado, é possível verificar uma ascendência na aplicação dos recursos do FUNDEB nas despesas com magistério. Caso o comportamento se mantenha, o atingimento da meta deverá ser alcançado nos próximos bimestres deste ano.

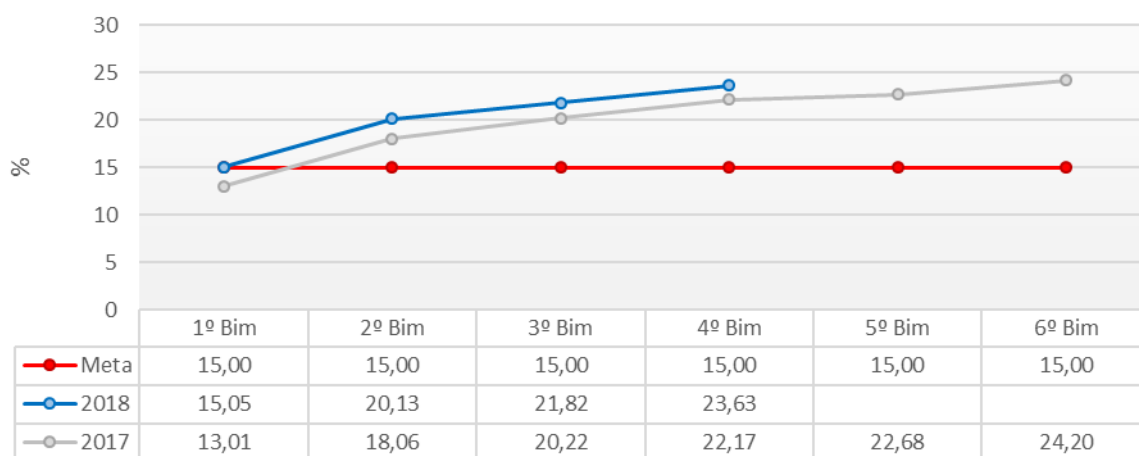
2.6 DOS GASTOS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE:

Aplicação de 15% da Receita com Impostos com Saúde	1º Bim	2º Bim	3º Bim	4º Bim	5º Bim	6º Bim
IV - Total das despesas com ações e serviços públicos de saúde	5.487.977,00	13.178.646,36	21.470.920,16	30.431.418,00		
V - Total das deduções consideradas para fins de limite constitucional	1.084.459,95	2.807.906,06	5.579.547,15	8.029.087,68		
Total das despesas para efeito de cálculo (IV - V)	4.403.517,05	10.370.740,30	15.891.373,01	22.402.330,32		
Total das receitas com impostos (base de cálculo para a saúde)	29.268.376,78	51.520.939,55	72.837.121,96	94.812.251,75		
Valor mínimo a ser aplicado (15% das receitas com impostos)	4.390.256,52	7.728.140,93	10.925.568,29	14.221.837,76		
Valor acima/abaixo do percentual de 15% das receitas com impostos	13.260,53	2.642.599,37	4.965.804,72	8.180.492,56		
Percentual aplicado 2018	15,05	20,13	21,82	23,63		
Percentual mínimo a ser aplicado 2018	15,00	15,00	15,00	15,00	15,00	15,00
Percentual aplicado acima/abaixo 2018	0,05	5,13	6,82	8,63		
Percentual aplicado 2017	13,01	18,06	20,22	22,17	22,68	24,20

Fonte RREO ANEXO 12

Como pode ser evidenciado nos dados acima apresentados, o Município aplicou de recursos próprios em ações básicas de saúde, o montante de R\$ 30.431.418,00. Realizando a dedução dos valores que não são considerados para o cálculo do limite constitucional, o resultado foi de 23,63% de aplicação da receita proveniente de impostos no período, comprovando assim, que CUMPRIU o disposto no Artigo 198, da Constituição Federal, combinado com o Artigo 77, do ADCT – Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Limite Constitucional - Saúde

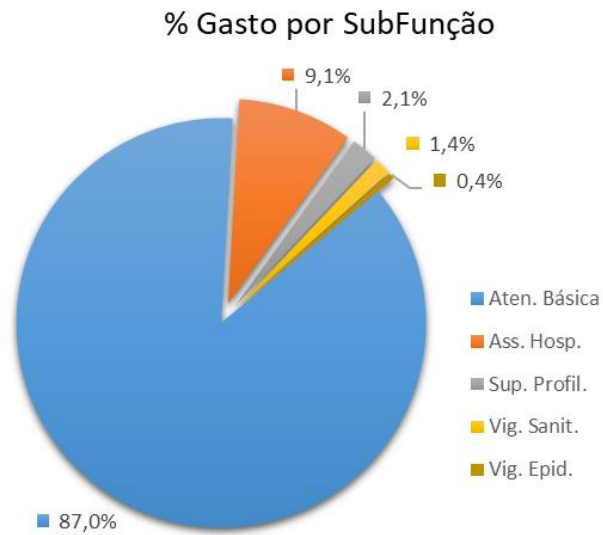


De acordo com o gráfico anterior, é possível verificar que o percentual dos gastos com a saúde está se mantendo acima da meta desde o início do ano, mas também se verifica que o percentual dos gastos está mais alto que no ano anterior e muito acima do limite mínimo constitucional.

RREO - Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde (Anexo 12)	Texto Resumido	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Liquidadas
Atenção Básica	Aten. Básica	40.926.214,07	31.218.447,18	26.514.413,47	87,0%
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	Ass. Hosp.	5.339.559,00	3.270.131,23	2.766.236,97	9,1%
Suporte Profilático e Terapêutico	Sup. Profil.	927.302,00	772.505,04	637.482,59	2,1%
Vigilância Sanitária	Vig. Sanit.	973.358,00	459.149,09	422.468,08	1,4%
Vigilância Epidemiológica	Vig. Epid.	181.248,00	141.130,99	136.824,89	0,4%
Total		48.347.681,07	35.861.363,53	30.477.426,00	100,0%

Fonte RREO ANEXO 12

Com os dados do quadro acima e do gráfico abaixo é possível verificar como está sendo feita a distribuição dos recursos de acordo com cada subfunção na saúde, onde o maior percentual é gasto com a Atenção Básica (87%) seguida da Assistência Hospitalar e Ambulatorial (9%). Apenas com estas duas funções é comprometido o total de 96% de todo o recurso desta área.



3 ATIVIDADES DO PODER LEGISLATIVO

3.1 ATOS DO LEGISLATIVO

O Poder Legislativo Municipal no desempenho de suas funções de legislar, fiscalizar e julgar até o 2º quadrimestre de 2018 realizou:

Atos do Legislativo	Acumulado
Sessões	
Sessões Ordinárias	42
Sessões Extraordinárias	5
Sessões Solenes	1
Audiências Públicas	1
Total	49
Legislativo	
Projeto de Lei Ordinária	16
Projeto de Lei Complementar	0
Decreto Legislativo	10
Resolução	5
Emenda a LOM	1
Total	32
Executivo	
Projeto de Lei Ordinária	53
Projeto de Lei Complementar	5
Projeto de Emenda a LOM	0
Total	58
Proposições	
Indicação	516
Portaria	19
Recurso	0
Requerimento	261
Total	796

Fonte: site da Câmara de Vereadores

3.2 CÂMARA DE VEREADORES VERSUS LIMITES IMPOSTOS PELA LC Nº 101/2000 (LRF)

DADOS RELACIONADOS A CÂMARA DE VEREADORES (Acumulado):	2º Quadrimestre
Valor da Receita Corrente Líquida (12 meses)	R\$ 252.368.110,83

Total Gastos Pessoal Ativo (últimos 12 meses)	R\$ 3.167.734,01
Total Gastos Inativos e Pensionistas (últimos 12 meses)	R\$ 0,00
Contratos de Terceirização (artigo 18 da LRF)	R\$ 0,00
Total das despesas com pessoal	R\$ 3.167.734,01
Limite Legal Permitido (art. 20 da LRF - 6% da RCL)	R\$ 15.142.086,65
Limite Prudencial (art. 20 da LRF - 5,7% da RCL)	R\$ 14.384.982,32
Diferença em valor do Limite Legal	-R\$ 11.974.352,64
Percentual Aplicado	1,26%
Diferença em Percentual	-4,74%

Valor da Receita Tributária e das Transferências de Impostos (exercício anterior)	R\$ 139.433.498,41
Valor Suprimento Permitido até o período (7%)	R\$ 9.760.344,89
Valor dos Suprimentos Repassados até o período	R\$ 3.226.707,44
Limite da Folha em Relação aos Suprimentos (70%)	R\$ 6.832.241,42
Valor Gastos de Pessoal da Câmara até o período	R\$ 2.085.330,66
Percentual de Gastos de Pessoal em relação aos Suprimentos Permitidos	21,37%
Percentual de Gastos de Pessoal em relação aos Suprimentos Recebidos	64,63%
Data do Repasse	20/08/2018

Fonte: Câmara Municipal de Navegantes

Como pode ser evidenciado nos dados acima apresentados, a Câmara de Vereadores, até a presente data está cumprindo os limites de pessoal estabelecidos no Artigo 169, da Constituição Federal, combinado com o disposto no Artigo 20, inciso III, alínea (a), da Lei Complementar 101 – Lei de Responsabilidade Fiscal. Com referência ao artigo 29-a, inciso I, da Constituição Federal, conclui-se que o Município está cumprindo os limites nele estabelecidos, ou seja, os suprimentos até então repassados não superam a cifra de 7% da Receita Tributária e das transferências previstas no §5, do Artigo 153 e nos Artigos 158 e 159, efetivamente realizadas no exercício anterior. Com referência ao total dispendido pela Câmara de Vereadores com folha de pagamento, conclui-se que está sendo cumprido o limite de 70% do valor de sua receita (suprimentos permitidos), na forma de que dispõe o artigo 29-A, §1 da Constituição Federal. A transferência dos suprimentos para a Câmara de Vereadores foi efetuada no prazo, ou seja, foi obedecido o estabelecido no artigo 29-a, §2º, inciso II, da Constituição Federal.

3.3 DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Ativo Financeiro

Valor do Saldo Disponível	R\$ 823.965,90
Valor do Saldo Realizável	R\$ 0,00
Total Ativo Financeiro	R\$ 823.965,90

Passivo Financeiro

Valor dos Restos a Pagar	R\$ 0,00
Valor das DDO	R\$ 0,00
Valor das Despesas Liquidadas a Pagar	R\$ 0,00
Total Passivo Financeiro	R\$ 0,00

Fonte: Câmara Municipal de Navegantes

Quociente: R\$ 0,00

O quadro acima aponta uma situação favorável, pois para cada R\$1,00 de recursos disponíveis a Câmara Municipal de Vereadores possui uma dívida a curto prazo de apenas R\$ 0,00. Diante deste quadro, conclui-se que o Poder Legislativo Municipal tende a fechar o exercício com Superávit Financeiro, cumprindo o estabelecido no artigo 48, alínea "b" da Lei 4320/64 e o Artigo 1º, 1§, da Lei Complementar nº 101/2000.

3.4 DA SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Transferência Corrente Prevista até o Período	R\$ 3.226.707,44
Valor dos Suprimentos Repassados até o período	R\$ 3.226.707,44

Percentual da Transferência Recebida em relação a Prevista	100%
---	-------------

Despesa Corrente Prevista até o período	R\$ 2.826.707,28
Despesa Capital Prevista até o período	R\$ 400.000,00
Total da Despesa Prevista até o Período	R\$ 3.226.707,28

Despesa Corrente Realizada até o período	R\$ 2.712.439,07
Despesa Capital Realizada até o período	R\$ 9.435,05
Total da Despesa Realizada até o Período	R\$ 2.721.874,12

Percentual da despesa Realizada em relação a prevista	84,35%
Saldo Orçamentário	R\$ 504.833,16

Fonte: Câmara Municipal de Navegantes

Pelos dados aqui apresentados, podemos concluir que as Transferências recebidas pela Câmara de Vereadores correspondem a 100% do valor previsto para o período. Em se tratando da Despesa da Câmara de Vereadores, conclui-se que o Orçamento previsto no valor de R\$ 3.226.707,28, já foi executada a importância de R\$ 2.721.874,12, o que corresponde a 84,35%. Comparando a Transferência recebida com as Despesas realizadas, tem-se um Superávit Orçamentário Corrente no valor de R\$ 504.833,16.

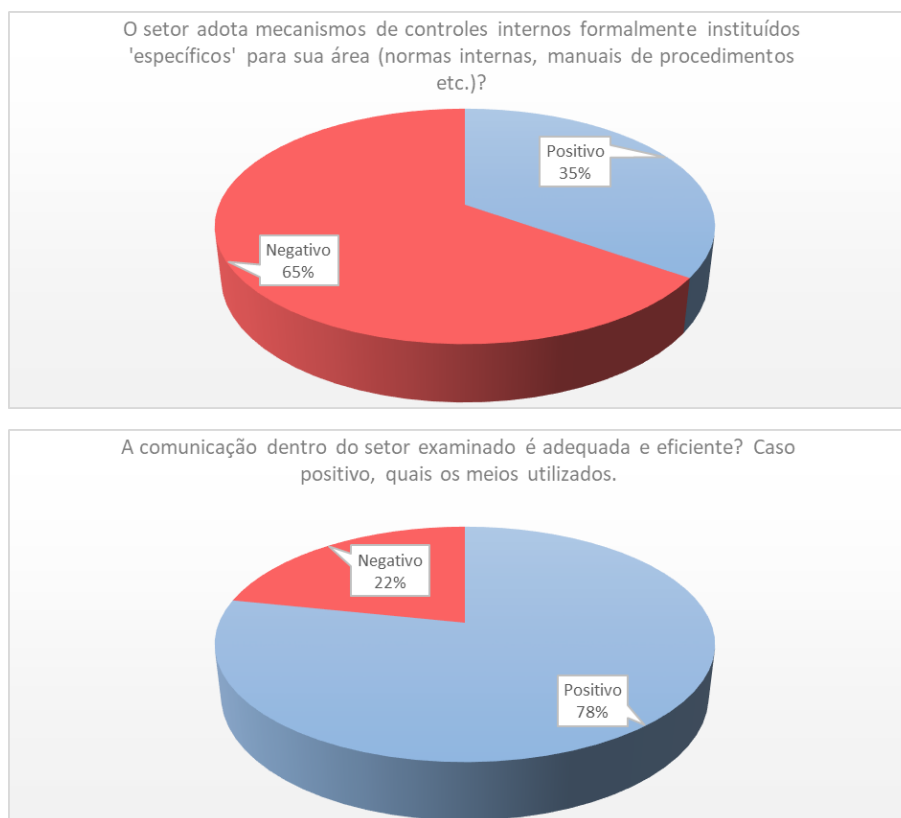
4 RESULTADO DA PESQUISA ELETRÔNICA (AÇÕES DE MONITORAMENTO)

Resultado da pesquisa realizada com todas as entidades e órgão da Prefeitura Municipal de Navegantes, através de sistema informatizado de controle interno o qual possui a dinâmica de enviar questionamentos para os controladores setoriais e que após a conclusão das respostas é validada pelo responsável da área (secretário, superintendente, etc.).

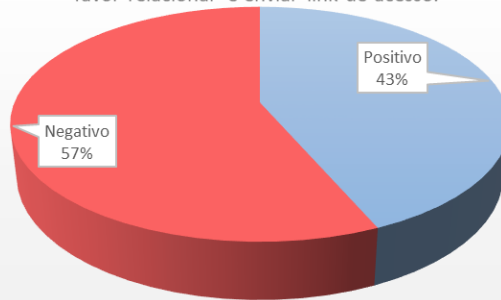
O sistema foi alimentado para a pesquisa do 2º quadrimestre de 2018 com 67 áreas, sendo 28 delas sobre temas específicos de atuação de cada área, 28 de ambientes de controle e 11 específicas de almoxarifado totalizando um total de 1307 perguntas.

Segue no decorrer desse capítulo uma apresentação geral do resultado da tabulação dos dados dos quesitos de ambiente de controle, que se trata de perguntas padronizadas enviadas a todas as áreas, e também apontamentos **do que achamos mais relevante e que possa contribuir de alguma forma para elucidar a situação das respectivas áreas.**

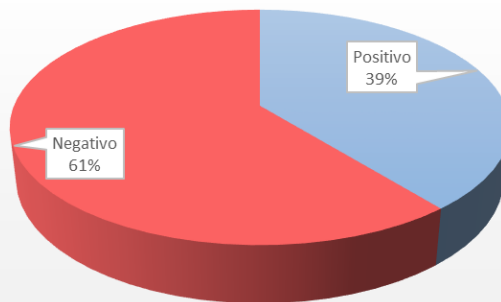
4.1 AMBIENTE DE CONTROLE



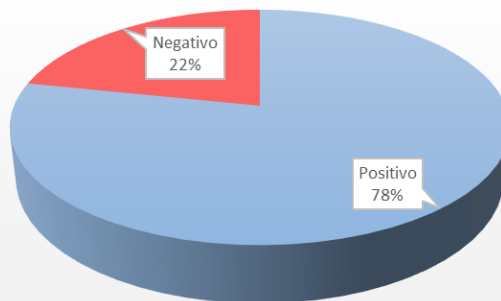
As atividades desenvolvidas no setor estão todas previstas/autorizadas em lei, decreto ou legislação adequada (princípio da legalidade)? Caso positivo favor relacionar e enviar link de acesso.



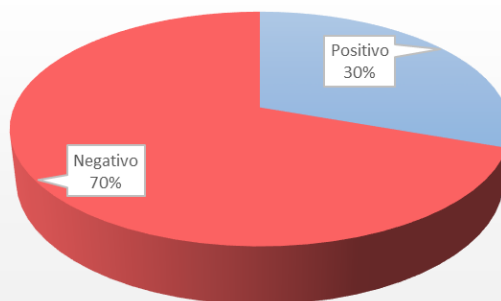
Os documentos (formulários, check-list, planilhas, etc.) padronizados no setor para as atividades desenvolvidas são revisados? Caso positivo anexar exemplo do último documento revisado.



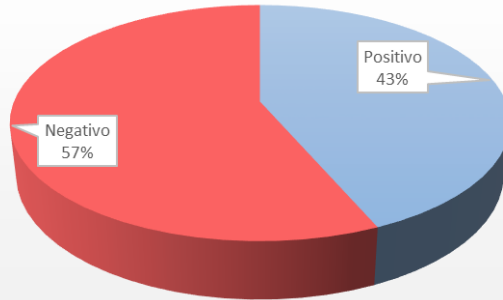
Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência do setor, de forma a evitar funções conflitantes exercidas por um mesmo setor ou por uma mesma pessoa?



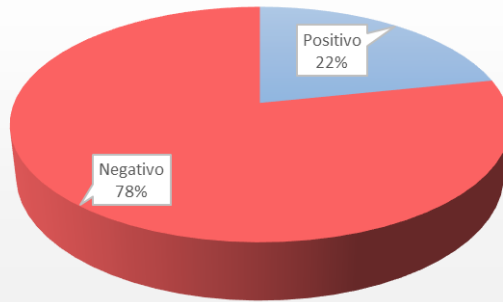
A quantidade de pessoal é adequada para a realização das atividades do setor?



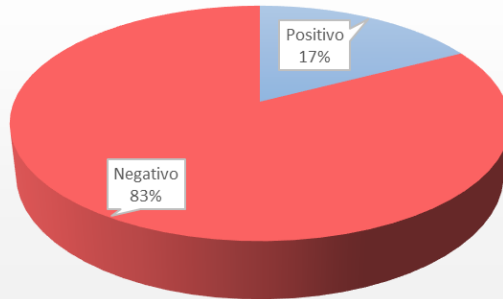
Existe escalonamento de férias do setor? Caso positivo favor anexar a programação de férias.



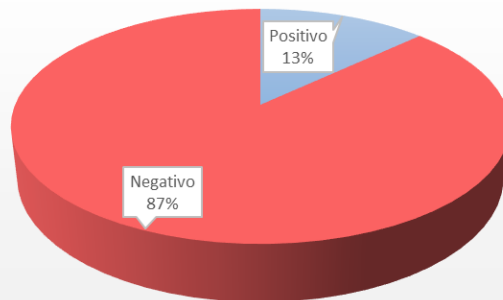
Existe plano/planejamento de capacitação adequado às necessidades do setor? Caso positivo favor anexar calendário. Obs.: não considerar os cursos da EMAP.



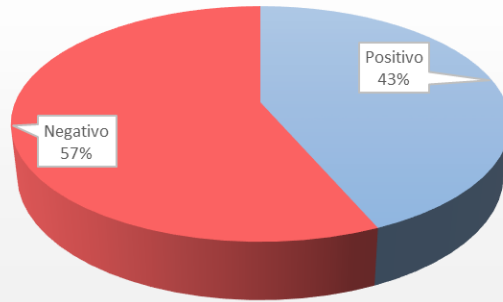
O setor identifica seus pontos fortes e fracos nas atividades desenvolvidas, fazendo reuniões periódicas com os colaboradores para analisá-las? Caso positivo favor enviar ata ou informar o resultado da última reunião.



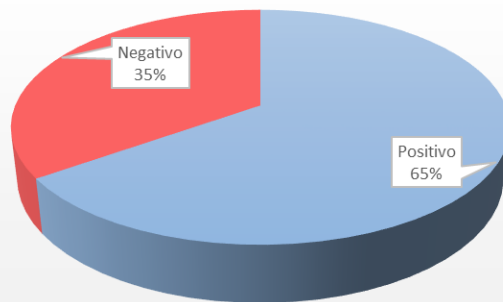
O setor possui indicadores de gestão pré-estabelecidos e os monitora? Obs.: em caso positivo, anexar os resultados dos indicadores do período.



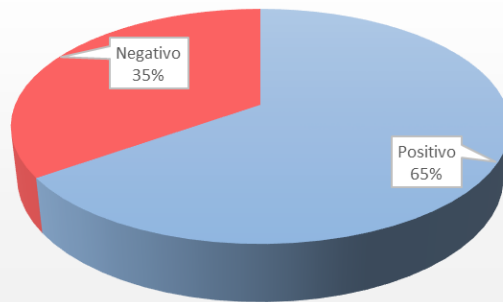
Foram solicitadas aberturas de processos administrativos disciplinares (PAD) ao Gabinete do Prefeito neste período? Caso positivo favor relacionar.



Existem mecanismos de controle de acesso a bens, a documentos, a informação e a registros, informatizados ou não?



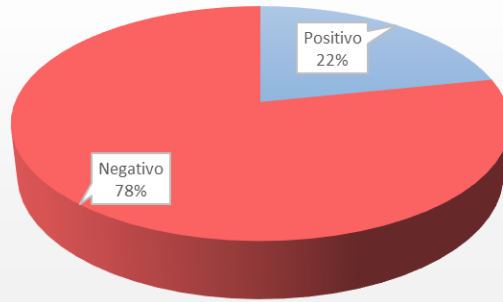
As Instruções Normativas vigentes, são objetos de estudo e análise entre os servidores, de acordo com a área de atuação?



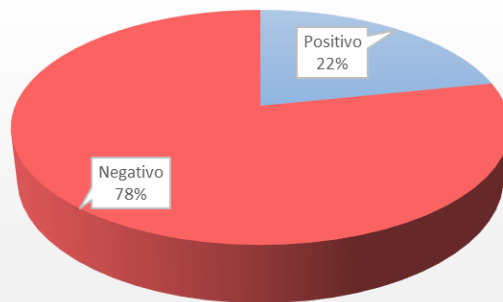
Os objetivos dos programas de governo baseados na LOA da sua área estão sendo atingidos? Preencher as informações das metas físicas da planilha disponibilizada.



Esta área sofreu alguma auditoria? Caso positivo houve alguma recomendação e atendimento desta? Anexar registros comprobatórios.



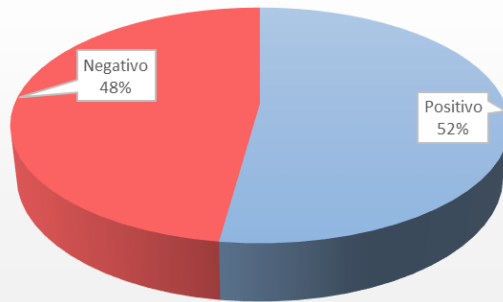
A área normalmente recebe manifestações negativas da ouvidoria? Caso afirmativo qual é o tratamento dado?



Existem fiscais de contrato na sua área? Caso positivo relacionar quais são as pessoas e enviar o último parecer/relatório emitido.



Existe alguma necessidade na área com relação a infraestrutura ADMINISTRATIVA que ainda não foi atendida (mobiliário, equipamentos, etc)? Favor relacionar.



4.2 PODER EXECUTIVO

4.2.1 ATIVIDADES DE CORREIÇÃO

Desde o início do ano encontram-se 59 solicitações de processos disciplinares e destes já foram instaurados 36, resultando em um índice de 61,01% de atendimento da demanda de 2018.

4.2.2 FUNDAÇÃO CULTURAL

Nada a declarar.

4.2.3 FUNDAÇÃO DE ESPORTES

Nada a declarar.

4.2.4 FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE

Nada a declarar.

4.2.5 PROCURADORIA

Nada a declarar.

4.2.6 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Patrimônio:

De acordo com o setor competente, não estão sendo averbadas novas construções e/ou ampliações no Registro de Imóveis.

De acordo com o setor competente, os bens de maior valor não possuem seguro contratado.

Não está sendo efetuado a conferência dos bens patrimoniais da Unidade Administrativa, quando da exoneração da chefia responsável pelo setor, como por exemplo, a última troca realizada foi da superintendência da FUMAN.

De acordo com o setor competente, a destinação dos bens em desuso é de responsabilidade de cada secretaria, tendo a secretaria de saúde e educação alocados alguns bens em desuso na subprefeitura de machados e bairro são Paulo, devido à falta de local adequado para sua guarda, muitas escolas e unidades de saúde entre outras secretarias estão mantendo os bens em suas unidades até o momento do leilão. Não houve no período nenhum leilão de bens inservíveis do município.

Compras:

De acordo com o setor competente, foi solicitado a evidência da divulgação para o Registro Cadastral através de chamamento público publicado pelo menos uma vez ao ano na imprensa oficial e jornal diário, nos termos do art. 34, § 1º da Lei nº 8.666/93, no entanto não foi enviado nenhum registro.

Não foi disponibilizado a informação do link das publicações dos avisos dos editais de Concorrência Pública, Tomada de Preços, Leilão, se realizados no período, seus resultados, bem como os contratos e/ou atos jurídicos análogos a fim de comprovar que estão sendo atendidos o solicitado na lei 8666/93.

Foi solicitado por este órgão de controle interno o envio da relação dos contratos ativos com seus respectivos fiscais, como complemento também solicitado informações de quais foram aditivados visando a prorrogação de prazo e quais tiveram acréscimo ou supressão do objeto, no entanto a informação recebida foi a de consultar no DOM, sendo assim cria-se um obstáculo para o acompanhando das atividades da área pelo controle interno na sua atribuição de monitorar as atividades exercidas, evidenciando desrespeito ao art. 14 da Lei Municipal nº 1417 de 30 de julho de 2001.

4.2.7 SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA

Nada a declarar.

4.2.8 SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Nada a declarar.

4.2.9 SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Não houve participação na pesquisa.

4.2.10 SECRETARIA DE DESENV. ECON. E RECEITA

Valores atualizados da dívida ativa até 01/09/2018 é de R\$ 78.900.949,00. O valor arrecadado da dívida ativa até setembro foi de R\$ 3.879.530,83, que representa 4,9% da Dívida, evidenciando não efetividade nas medidas adotadas para a recuperação dos créditos.

Houve prescrição quinquenal de créditos de R\$ 395.665,19 neste exercício.

A Planta Genérica de Valores ainda não foi implantada, porém tem previsão para ser revisada em 2019.

4.2.11 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Conforme lei que regulamenta o FUNDEB (LEI Nº 11.494, DE 20 DE JUNHO DE 2007), no seu art. 24, §5º relaciona os casos de impedimento de participantes do conselho que de forma imprópria, tenha algum laço de parentesco com agentes políticos ou tesoureiros, contadores e controladores internos da Prefeitura, ou, ainda, mantêm relação contratual com o Município. Neste contexto, evidenciou-se que a Secretária de Educação é sobrinha do Prefeito e membro do referido conselho. De acordo com o setor competente a situação está sendo regularizada, nomeando novo membro.

O Conselho anterior do FUNDEB não participou da elaboração da proposta orçamentária do Fundo, no entanto a atual formação já sinalizou através de sua presidente que participará ativamente da mesma.

O Conselho de Alimentação ou da Merenda Escolar foi instituído e é composto por representantes do Poder Executivo, dos Trabalhadores da Educação, Pais de Alunos e da Sociedade Civil eleitos e com mandato temporário, no entanto, de acordo com o setor competente não há representantes dos alunos por falta de voluntários.

4.2.12 SECRETARIA DE FINANÇAS

Existem cheques emitidos há mais de 180 dias que não foram compensados, pois são situações relacionadas a rescisões de contrato de trabalho, que estão sendo aguardadas medidas judiciais para quitação.

De acordo com o setor competente, até o momento não existe um instrumento de 'planejamento de tesouraria', que permite projetar temporalmente todas as receitas e despesas de todas as fontes de recurso, visualizando e separando por secretaria as despesas fixas e o vencimento dos contratos a serem cumpridos.

Tem se recorrido a elevado nível de alterações orçamentárias por meio de créditos adicionais ou mediante transposições, remanejamentos e transferências. Tal hipótese revela mau planejamento orçamentário, contrariando princípio básico de responsabilidade fiscal, onde o total apenas neste quadrimestre foram movimentados R\$ 21.705.223,24 de suplementações e R\$ 596.255,91 de caráter especial.

4.2.13 SECRETARIA DE GESTÃO E CONTROLE

Detectada a necessidade de realizar um novo treinamento de reciclagem com todos os controladores setoriais, a fim de relembrar as principais atribuições da função e também de apresentar a ideia de continuidade e periodicidade que será realizada a pesquisa pelo sistema informatizado de controle interno, devido à adesão parcial em relação à metodologia utilizada nos questionários e devido à falta de qualidade em algumas respostas.

Há adiantamento de despesas ou outras tomadas de conta cuja prestação não foi apresentada no prazo estipulado: entre elas existe, adiantamento de despesa no valor de R\$ 2.000.00 em outubro de 2017 para custear despesas da Secretaria de Saúde sem apresentação de prestações de contas até o momento; da secretaria de Cultura, o Projeto Ondular foi feito a recomendação de Tomada de Conta Especial por irregularidade, mas até o momento não houve ressarcimento do valor ao erário. Outros procedimentos instaurados sem que houvesse efetivamente a recomposição do dano: Jorge Luiz Peixoto (CULTURA). Entidade Sofifena (GABINETE), não instaurado, porém remetido ao gabinete solicitando a instauração do processo administrativo para recomposição do dano. Associação Amigos do Gravatá (ADMINISTRAÇÃO) instaurado com decisão determinando a devolução ao erário, porém até o presente momento não houve o ressarcimento.

O sistema de abastecimento municipal utiliza cartões vinculados ao software de gestão de frota com isto facilitando o controle/monitoramento dos gastos com este produto. Os veículos da frota municipal não dispõem de sistema de rastreamento via GPS e nem dão preferência para abastecimento de álcool.

4.2.14 SECRETARIA DE GOVERNO

Com relação à Garantia Quinquenal definida pelo artigo 618 do Código Civil, a Administração não implementou controle sobre o desempenho das obras recebidas, por falta de profissionais, não conseguem realizar o acompanhamento conforme orientado na norma NBR 15575.

O Município elaborou o Plano local de Mobilidade Urbana integrado, compatível ou inserido no Plano Diretor, no entanto o estudo aguarda envio do projeto de lei.

4.2.15 SECRETARIA DE OBRAS

Não houve participação na pesquisa.

4.2.16 SECRETARIA DE PLANEJAMENTO URBANO

Nada a declarar.

4.2.17 SECRETARIA DE SAÚDE

Colocar que a Secretaria se nega a ser responsável pela aplicação mínima em saúde. As informações a respeito dos índices constitucionais são sim elaboradas e publicadas pela contabilidade, mas a gestão dos recursos para cumprimento ou não das metas é de responsabilidade da secretaria de saúde, sendo assim é dever da mesma realizar o acompanhamento e tomar devidas ações para corrigir possíveis desvios que venham a ocorrer.

Foi solicitado o envio da ata da última reunião do conselho municipal de saúde a fim de confirmar se o mesmo está se reunindo periodicamente, no entanto nenhum documento foi enviado.

Não foi comprovada a existência de responsável(is) designado(s) para recebimento de produtos e serviços pela secretaria em suas diversas áreas, sendo assim é considerado um ponto de atenção que deve ser corrigido.

4.2.18 SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

Nada a declarar.

4.2.19 SECRETARIA DE TURISMO

Nada a declarar.

4.3 PODER LEGISLATIVO

4.3.1 CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Nada a declarar.

4.4 AUTARQUIAS

4.4.1 NAVEGANTESPREV

Nada a declarar.

4.4.2 SESAN

Nada a declarar.

Houve participação de 91% do total de áreas/questionamentos enviados, ficando de fora apenas a secretaria de obras e a secretaria de comunicação social. Como justificativa da secretaria de obras temos que não houve tempo hábil para responder o questionário, uma vez que a controladora setorial estava de férias e pela secretaria de comunicação social a informação de que houve uma interpretação de que as notificações eram da pesquisa do período anterior o qual haviam participado em boa ordem.

5 IMPLANTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS (MCASP)

Apresenta-se um Quadro Resumo com todos os prazos apresentados no plano de implantação dos procedimentos contábeis patrimoniais ordenados segundo a ordem cronológica para os Municípios com mais de 50 mil habitantes.

PCP (de acordo com as regras das NBC TSP e do MCASP vigentes)	Preparação de sistemas e outras providências de implantação (até)	Obrigatoriedade dos registros contábeis (a partir de)	Verificação pelo Siconfi (a partir de)	Responsável	Status (Resposta obtida do setor)
4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas.	Imediato	Imediato	2016 (Dados de 2015)	Antônio Carlos Romão Carmona	Não tem conhecimento
12. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.	Imediato	Imediato	2017 (Dados de 2016)	Jan Ullrich	Implantado
13. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.	31/12/2015	01/01/2016	2017 (Dados de 2016)	Marcio Capela	Em fase de estudos para implantação
3. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.	31/12/2017	01/01/2018	2019 (Dados de 2018)	Antônio Carlos Romão Carmona	Não tem conhecimento
11. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc.).	31/12/2017	01/01/2018	2019 (Dados de 2018)	Márcio Rosa	Não
5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das provisões por competência.	31/12/2019	01/01/2020	2021 (Dados de 2020)	Márcio Rosa	Não
6. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.	31/12/2019	01/01/2020	2021 (Dados de 2020)	Marcio Capela	Em fase de estudos para implantação

7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura)	31/12/2019	01/01/2020	2021 (Dados de 2020)	Márcio Rosa	Por enquanto só foi implantada a depreciação dos bens
10. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.	31/12/2019	01/01/2020	2021 (Dados de 2020)	Marcio Capela	Em fase de estudos para implantação
17. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.	31/12/2019	01/01/2020	2021 (Dados de 2020)	Márcio Rosa	O departamento de patrimônio não tem conhecimento referente a implantação das normas, quem vai implantar, como será realizado os procedimentos? O departamento terá treinamento, curso para adequação da norma? Quem irá repassar os procedimentos?
1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receitas.	31/12/2020	01/01/2021	2022 (Dados de 2021)	Antônio Carlos Romão Carmona	Não tem conhecimento
2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas.	31/12/2020	01/01/2021	2022 (Dados de 2021)	Jan Ullrich	Implantado
15. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável.	31/12/2020	01/01/2021	2022 (Dados de 2021)	Márcio Rosa	O departamento de patrimônio não tem conhecimento referente a implantação das normas, quem vai implantar, como será realizado os procedimentos? O departamento terá treinamento, curso para adequação da norma? Quem irá repassar os procedimentos?
18. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.	31/12/2021	01/01/2022	2023 (Dados de 2022)	Márcio Rosa	Não cabe ao Departamento
8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou	31/12/2022	01/01/2023	2024 (Dados de 2023)	Márcio Rosa	Bens de infraestrutura depende de comissão específica a ser designada pelo senhor prefeito municipal indicando equipe técnica

exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.					
9. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP).	31/12/2022	01/01/2023	2024 (Dados de 2023)	Márcio Rosa	Bens de patrimônio cultural depende de comissão específica a ser designada pelo senhor prefeito municipal indicando equipe técnica
14. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.	A ser definido em ato normativo específico.			Marcio Capela	Em fase de estudos para implantação
16. Outros ativos intangíveis e eventuais amortização e redução a valor recuperável.	A ser definido em ato normativo específico.			Márcio Rosa	O departamento de patrimônio não tem conhecimento referente a implantação das normas, quem vai implantar, como será realizado os procedimentos? O departamento terá treinamento, curso para adequação da norma? Quem irá repassar os procedimentos?
19. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP.	A ser definido em ato normativo específico.			Márcio Rosa	O departamento de patrimônio não tem conhecimento referente a implantação das normas, quem vai implantar, como será realizado os procedimentos? O departamento terá treinamento, curso para adequação da norma? Quem irá repassar os procedimentos?

Fonte: <https://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/390684/Portaria-STN-548-2015-anexo-pipcp/331a2764-dc97-473a-82b0-deb3cdd2380f> página 33

No que concerne à avaliação acerca da implantação dos procedimentos contábeis patrimoniais nos moldes das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, nos chamou a atenção a alegação de falta de conhecimento de alguns responsáveis. **Sugere-se que estes busquem a leitura das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e da Portaria STN nº 548/2015.** A implantação dos procedimentos depende de um conjunto de fatores, pessoas, sistemas e setores, tendo cada setor, papel fundamental na adequada implementação das normas.

6 ACOMPANHAMENTO DAS METAS FÍSICAS DA LOA

Segue relação de todas as atividades relacionadas na ferramenta orçamentária LOA que possuem metas físicas estipuladas para o exercício 2018, onde é possível verificar o status de cada uma delas até o 2º quadrimestre.

Órgão	Título	Meta Física - Exercício 2018				Realizado
		Produto	MT	KM	UN	% EXEC.
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	Aquisição de imóvel para construção de nova sede da Câmara	Imóvel			1	0%
FUN. HOSPITALAR DE NAVEGANTES	Reforma e Ampliação da Unidade Hospitalar	Obras	43			Sem Resp.
FUN. HOSPITALAR DE NAVEGANTES	Manutenção e Funcionamento da Diretoria Administrativa	Usuários Atendidos			58.217	Sem Resp.
FUN. DE CULTURA	Manutenção e Funcionamento da Fundação Cultural	Publico			5.250	100%
FUN. DE CULTURA	Manutenção e Funcionamento da Biblioteca Pública	Publico			2.900	50%
FUN. DE CULTURA	Manutenção e Funcionamento de Centros Municipais de Cultura	Publico			12.200	100%
FUN. DE CULTURA	Manutenção e Funcionamento do Fundo Municipal de Cultura	Publico			16.663	100%
FUN. DE CULTURA	Manutenção e Funcionamento da Lei de Incentivo à Cultura	Publico			7.498	100%
FUN. DE ESPORTES	Construção de Áreas Esportivas bairro Meia Praia	Obra	1.300			Sem Resp.
FUN. DE ESPORTES	Aquisição de ônibus	Ônibus			1	Sem Resp.
FUN. DE ESPORTES	Manutenção e Funcionamento do Programa Viva Verão Natal	População			1.000	Sem Resp.
FUN. DE ESPORTES	Manutenção e Funcionamento do FUNDEL	Projetos			5	Sem Resp.
FUN. DE ESPORTES	Manutenção e Funcionamento da Lei de Incentivo ao Esporte	Projetos			15	Sem Resp.
FUN. DE ESPORTES	Manutenção e Funcionamento do Bolsa Atleta	Atletas			60	Sem Resp.
FUN. DE VIGILÂNCIA E TRÂNSITO	Ampliação e Recuperação da Sinalização Viária	Sinalização Viária		5		160%
FUN. DE VIGILÂNCIA E TRÂNSITO	Aquisição de Equipamentos para a Fundação Municipal de Trânsito	Equipamentos			40	10%
FUN. DE VIGILÂNCIA E TRÂNSITO	Aquisição de Veículos para a Fundação Municipal de Trânsito	Veículo			1	0%
FUN. DE VIGILÂNCIA E TRÂNSITO	Aquisição de veículo Convênio de Trânsito - Polícia Civil	Veículo			1	0%
FUMAN	Implantação do Parque Ambiental	Equipamentos			100	0%
FUMAN	Aquisição de equipamento	Equipamentos			30	0%
FUMAN	Aquisição de veículos	Veículos			1	0%
FUMAN	Concientização da Coleta Seletiva e Reciclagem	Material Educativo			500	0%
FUN. DIR. DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	Manut. e Func. Fundo Municipal da Criança e do Adolescente	Atendimentos			450	62%
FUN. REEQUIP. CORPO BOMBEIROS	Aquisição de Veículos e Equipamentos para o Corpo de Bombeiros	Veículos e equip.			110	Sem Resp.
FUN. REEQUIP. CORPO BOMBEIROS	Construção do Quartel do Corpo de Bombeiros Militar	Obra	380			Sem Resp.
FUN. REEQUIP. CORPO BOMBEIROS	Manutenção e Funcionamento do FUMREBOM - Apoio Operacional	Atendimento			2.700	Sem Resp.
FUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	Aquisição de Veículos	Veículo			1	300%
FUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	Manutenção e Funcionamento dos Recursos do CREAS	Atendimentos			250	364%
FUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	Manutenção e Funcionamento dos Recursos de Medidas Socioeducativas	Atendimentos			40	250%
FUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	Manutenção e Funcionamento Piso Básico Variável - SCFV	Atendimentos			510	22%
FUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	Manutenção e Funcionamento dos Recursos Abordagem	Atendimentos			250	225%
FUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	Manutenção e Funcionamento dos Recursos Promoção de Saúde	Atendimentos			1.100	107%
FUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	Manutenção e Funcionamento Piso de Alta Complexidade	Atendimentos			18	56%
FUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	Manutenção e Funcionamento dos Recursos do CRAS	Atendimentos			5.000	17%
FUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	Manutenção e Funcionamento dos Recursos do Bolsa Família	Atendimentos			1.360	141%
FUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	Manutenção e Funcionamento do Piso de Transição de Maternidade	Atendimentos			250	364%
FUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	Manutenção e Funcionamento das Ações Estratégicas do SUS	Atendimentos			250	140%
FUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	Manutenção e Funcionamento do Programa Primeira Infância Melhor	Atendimentos			200	Despactuado
FUN. DE SAÚDE	Implantar prontuário informatizado em todas as Unidades	Prontuários Infor.			6	Sem Resp.
FUN. DE SAÚDE	Construção, Ampliação e Reforma de Unidades de Atenção Primária	Obras	22			Sem Resp.
FUN. DE SAÚDE	Construção de nova UBS Nossa Senhora das Graças	Obras	39			Sem Resp.
FUN. DE SAÚDE	Ampliação UBS Porto das Balsas	Obras	22			Sem Resp.
FUN. DE SAÚDE	Construção de nova UBS São Pedro	Obras	105			Sem Resp.
FUN. DE SAÚDE	Construção de nova UBS São Domingos II	Obras	178			Sem Resp.
FUN. DE SAÚDE	Construção de nova UBS Central	Obras	84			Sem Resp.
FUN. DE SAÚDE	Ampliação UBS Escalvados	Obras	22			Sem Resp.
FUN. DE SAÚDE	Construção, Ampliação e Reforma de Unidades de Saúde	Obras	90			Sem Resp.
FUN. DE SAÚDE	Aquisição de Veículos p/Saúde	Veículos			6	Sem Resp.
FUN. DE SAÚDE	Construção, Ampliação e Reforma de Unidades Hospitalares	Obras	1.700			Sem Resp.
FUN. DE SAÚDE	Construção do Centro de Reabilitação Animal	Obras	60			Sem Resp.
FUN. DE SAÚDE	Manutenção e Funcionamento do Fundo da Saúde	Usuários atendidos			58.217	Sem Resp.
FUN. DE SAÚDE	Manutenção e Funcionamento do Programa Saúde na Escola	Usuários atendidos			14.500	Sem Resp.
FUN. DE SAÚDE	Manutenção e Funcionamento do Centro de vigilância Epidemiológica	Usuários atendidos			58.217	Sem Resp.
FUN. DE SAÚDE	Manutenção dos Recursos das Ações de Dengue	Usuários atendidos			58.217	Sem Resp.
FUN. DE SAÚDE	Manutenção dos Recursos do Programa DST/AIDS	Usuários atendidos			15.383	Sem Resp.
FUN. DE SAÚDE	Manutenção do Programa Hipertensão	Usuários atendidos			31.534	Sem Resp.
FUN. DE SAÚDE	Manutenção dos Recursos da Estratégia Saúde da Família	Usuários atendidos			58.217	Sem Resp.
FUN. DE SAÚDE	Manutenção dos Recursos do Programa de Agente Comunitário	Func. Capacitados			71	Sem Resp.
FUN. DE SAÚDE	Manutenção das Ações da Estratégia Saúde da Família em Comunidades	Usuários atendidos			58.217	Sem Resp.
FUN. DE SAÚDE	Manutenção dos Recursos do PAB	Usuários atendidos			58.217	Sem Resp.
FUN. DE SAÚDE	Manutenção dos Recursos do NASF	Usuários atendidos			36.386	Sem Resp.
FUN. DE SAÚDE	Manutenção dos Recursos do Programa Assistência Farmacêutica	Usuários atendidos			58.217	Sem Resp.
FUN. DE SAÚDE	Manutenção dos Recursos da Gestão do SUS	Usuários atendidos			58.217	Sem Resp.
FUN. DE SAÚDE	Manutenção e Funcionamento dos Recursos do SAMU	Usuários atendidos			2.496	Sem Resp.
FUN. DE SAÚDE	Manutenção e Funcionamento do Centro de Atenção Psicossocial	Usuários atendidos			247	Sem Resp.
FUN. DE SAÚDE	Manutenção e Funcionamento do Centro de Controle de Zoonoses	Usuários atendidos			3.732	Sem Resp.
FUN. DE SAÚDE	Manutenção e Funcionamento dos Recursos da Vigilância Epidemiológica	Usuários atendidos			5.370	Sem Resp.
FUN. DE SAÚDE	Manutenção do Programa de Financiamento das Ações de Saúde	Usuários atendidos			29	Sem Resp.

FUN. DE SAÚDE	Manutenção da Unidades de Atenção Especializada	Usuários atendidos		58.217	Sem Resp.
FUN. DE SAÚDE	Manutenção e Funcionamento do Centro de Especialidad	Usuários atendidos		58.217	Sem Resp.
FUN. DE SAÚDE	Manutenção e Funcionamento dos Recursos de Média e A	Usuários atendidos		58.217	Sem Resp.
FUN. DE SAÚDE	Manutenção das Ações Básicas e Especializadas do Centro	Usuários atendidos		58.217	Sem Resp.
FUN. DE SAÚDE	Manutenção e Funcionamento do Centro de Especialidad	Usuários atendidos		58.217	Sem Resp.
FUN. DE SAÚDE	Manutenção do Centro de reabilitação Animal	Usuários atendidos		3.732	Sem Resp.
NAVEGANTESPRESV	Aquisição de Sede Própria para Instituto de Previdência	Obra	125		Sem Resp.
NAVEGANTESPRESV	Manutenção dos Benefícios Previdenciários	Aposen. e Pensio.		228	Sem Resp.
NAVEGANTESPRESV	Manutenção do Programa Pré e Pós Aposentadoria	Beneficiários		30	Sem Resp.
PROCURADORIA	Manutenção e funcionamento do PROCON	Atendimento		2.764	Sem Resp.
SEC. DA EDUCAÇÃO	Aquisição de imóveis para Escolas de Ensino Fundamenta	Compra de Imóvel		1	0%
SEC. DA EDUCAÇÃO	Aquisição de imóveis para Escolas de Educação Infantil	Compra de Imóvel		1	0%
SEC. DA EDUCAÇÃO	Aquisição de Parques Infantis	Compra de Parque		2	200%
SEC. DA EDUCAÇÃO	Climatização dos ambientes	Ambientes		30	237%
SEC. DA EDUCAÇÃO	Construção de Laboratórios de Informática	Construção de Laboratório de Inf.		3	0%
SEC. DA EDUCAÇÃO	Construção de Salas de Recursos Multifuncionais	Construção de sala multifuncional		3	0%
SEC. DA EDUCAÇÃO	Construção de Centros de Atendimento de Contra Turno	Construção de Centro de Contra T.		1	0%
SEC. DA EDUCAÇÃO	Aquisição de onibus para o transporte escolar dos alunos	Compra de onibus		1	0%
SEC. DA EDUCAÇÃO	Aquisição de vans para o transporte escolar dos alunos d	Compra de van		1	0%
SEC. DA EDUCAÇÃO	Construção de Quadras Escolares E.M. Profª Rosa Maria X	Construção de quadra		1	0%
SEC. DA EDUCAÇÃO	Ampliação de Escolas de Ensino Fundamental Escola Prof	Obra de ampliação	1.219,85		0%
SEC. DA EDUCAÇÃO	Construção de Escolas de Ensino Fundamental São Domir	Obra de construção	3.228		0%
SEC. DA EDUCAÇÃO	Construção de Escolas de Educação Infantil Bairro Gravata	Obra de construção	2.000,00		0%
SEC. DA EDUCAÇÃO	Manutenção e Funcionamento da Educação Especial	Alunos		308	126%
SEC. DA EDUCAÇÃO	Manutenção e Funcionamento da Educação de Jovens e A	Alunos		282	154%
SEC. DA EDUCAÇÃO	Manutenção e Funcionamento do Ensino Fundamental	Alunos		5.133	169%
SEC. DA EDUCAÇÃO	Manutenção e Funcionamento da Educação Infantil	Alunos		8.480	64%
SEC. DA EDUCAÇÃO	Manutenção e Funcionamento do Programa Aprendendo	Alunos		5.133	0%
SEC. DA EDUCAÇÃO	Manutenção e Funcionamento do Programa Talento Hoje	Alunos		674	0%
SEC. DA EDUCAÇÃO	Manutenção e Funcionamento da Educação Integral mod	Alunos		674	68%
SEC. DA EDUCAÇÃO	Merenda Escolar Ensino Fundamental	Alunos		5.133	186%
SEC. DA EDUCAÇÃO	Merenda Escolar Educação Infantil	Alunos		8.480	20%
SEC. DA EDUCAÇÃO	Merenda Escolar Creche	Alunos		2.927	119%
SEC. DA EDUCAÇÃO	Merenda escolar Educação de Jovens e Adultos	Alunos		282	0%
SEC. DA EDUCAÇÃO	Transporte Escolar Ensino Fundamental	Alunos		208	158%
SEC. DA EDUCAÇÃO	Transporte Escolar Creche	Alunos		31	55%
SEC. DA EDUCAÇÃO	Transporte Escolar Educação Infantil	Alunos		26	181%
SEC. DA EDUCAÇÃO	Capacitação e Aperfeiçoamento para todos os Profissio	Carga Horária		80	560%
SEC. DE PLANEJAMENTO URBANO	Desenvolvimento de Estudos e Projetos de Infraestrutu	Projetos Desen.		10	120%
SEC. MUN CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUV.	Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Políticas d	Atendimentos		450	Sem Resp.
SEC. MUN CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUV.	Manutenção e Funcionamento do Programa Pacto pela C	Atendimentos		450	Sem Resp.
SEC. MUN CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUV.	Manutenção e Funcionamento do Centro de Cidadania	Atendimentos		700	Sem Resp.
SEC. MUN CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUV.	Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Políticas d	Atendimentos		500	Sem Resp.
SEC. MUN CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUV.	Manutenção e Funcionamento do Programa Pacto pela Juv	Atendimentos		500	Sem Resp.
SEC. MUN. MEIO AMB., AGRIC. E PESCA	Aquisição de veículos	VEICULO		1	0%
SEC. MUN. MEIO AMB., AGRIC. E PESCA	Aquisição de Equipamentos	PLEMENTOS AGRICULAS		3	167%
SEC. MUN. MEIO AMB., AGRIC. E PESCA	Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Apoio a Ag	AGRICULTORES		200	100%
SEC. MUN. MEIO AMB., AGRIC. E PESCA	Manutenção e Funcionamento do Programa Horta em tod	HORTA		4	175%
SEC. MUN. MEIO AMB., AGRIC. E PESCA	Manutenção e Funcionamento do Programa PROATER	AGRICULTORES		200	50%
SEC. MUN. MEIO AMB., AGRIC. E PESCA	Orientação e Capacitação dos Produtores do Município	AGRICULTORES		200	75%
SEC. MUN. MEIO AMB., AGRIC. E PESCA	Dragagem da Lagoa Bairro São Pedro	PECADORES		1	0%
SEC. MUN. MEIO AMB., AGRIC. E PESCA	Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Apoio a Pe	PESCADORES		180	67%
SEC. DA SEGURANÇA E DEFESA SOCIAL	Aquisição de veículos para a Secretaria de Segurança Pub	Veículo		1	Sem Resp.
SEC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	Manutenção e Funcionamento da Diretoria dos Cursos de	Atendimento		2.000	84%
SEC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	Manutenção e Funcionamento do Programa Projovem Ad	Atendimento		30	100%
SEC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	Manutenção e Funcionamento do Programa de Atenção a	Atendimento		1.000	112%
SEC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	Manutenção e Funcionamento do Abrigo Municipal	Atendimento		18	56%
SEC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	Manutenção e Funcionamento do Conselho Tutelar	Atendimento		12.800	102%
SEC. DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	Criação e Desenvolvimento de Campanhas Institucionais	Ano		1	Sem Resp.
SEC. DE DESEV. ECONÔMICO E RECEITA	Atualização da Planta de Valores	Ruas		739	Sem Resp.
SEC. DE DESEV. ECONÔMICO E RECEITA	Manutenção e Funcionamento da Secretaria de Desenv. e	Contribuintes		48.000	Sem Resp.
SEC. DE DESEV. ECONÔMICO E RECEITA	Manutenção e Funcionamento do Sine	Atendimentos		19.200	Sem Resp.
SEC. DE GESTÃO E CONTROLE	Manutenção e Funcionamento do Programa Navegantes	Atendimentos Ouvidoria		300	300%
SEC. DE GESTÃO E CONTROLE	Manutenção e Funcionamento do Programa Controle na	Ações de fiscalização		60	227%
SEC. DE OBRAS	Implantação e manutenção de estruturas para acessibili	Pavimentação	4.000		Sem Resp.
SEC. DE OBRAS	Pavimentação e infraestrutura das vias publicas	Pavimentação	21.000		Sem Resp.
SEC. DE OBRAS	Revitalização de praças e jardins	Praças e jardins	1.250		Sem Resp.
SEC. DE OBRAS	Implantação do Binário do Aeroporto	Pavimentação	4.650		Sem Resp.
SEC. DE OBRAS	Ampliação da rede de iluminação publica	Atendimentos	1.500		Sem Resp.
SEC. DE OBRAS	Aquisição de veículos para a Secretaria de Obras	Veículos		2	Sem Resp.
SEC. DE OBRAS	Aquisição de Maquinas para a Secretaria de Obras	Máquinas		1	Sem Resp.
SEC. DE OBRAS	Construção de Praça de Convivência - Região do Aeropor	Construção	2.078		Sem Resp.
SEC. DE OBRAS	Molhe de Gravata	Construção	70		Sem Resp.
SEC. DE OBRAS	Reconstrução parcial da estrutura turística da Praia de Gra	Construção	4.188		Sem Resp.
SEC. DE OBRAS	Macro Drenagem da Região Central - Baica B	Construção	1.260		Sem Resp.
SEC. DE OBRAS	Calçadas Av. Prefeito José J. Mafra/Av. Cons. João Gaya	Calçadas	6.000		Sem Resp.
SEC. DE OBRAS	Drenagem, pavimentação, calçadas acessíveis Ruas:Itajuba	Drenagem e Pavimentaçã	50.000		Sem Resp.
SEC. DE OBRAS	Macadamização e recuperação de vias publicas	Vias públicas	3.000		Sem Resp.
SEC. DE OBRAS	Manutenção de serviços de iluminação publica	Atendimento		7.200	Sem Resp.
SEC. DE OBRAS	Manutenção da frota de maquinas e veiculos da Secretari	Máquinas e veículos		56	Sem Resp.

SEC. DE SANEAMENTO BÁSICO	Impermeabilização do reservatório de agua na Rua Rodol	Obra	2.000			Sem Resp.
SEC. DE SANEAMENTO BÁSICO	Ampliação da Rede de distribuição de água	Equipamento			30	Sem Resp.
SEC. DE SANEAMENTO BÁSICO	Ampliação da capacidade de Bombeamento e Presurizaçã	Equipamento			40	Sem Resp.
SEC. DE SANEAMENTO BÁSICO	Manutenção e substituição da rede pluvial	Manutenção			110	Sem Resp.
SEC. DE SANEAMENTO BÁSICO	Manutenção e Funcionamento do Programa: Recicle seu	Material educativo			500	Sem Resp.
SEC. DE TURISMO,CULTURA E ESPORTE	Projeto Verão	Eventos			3	Sem Resp.
SEC. DE TURISMO,CULTURA E ESPORTE	Aniversario do Municipio	Eventos			1	Sem Resp.

Observa-se neste tópico um índice muito elevado de não participação na pesquisa, inviabilizando as atividades de monitoramento/acompanhamento das metas físicas realizadas das ações de governo por parte deste órgão de controle interno.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho da Secretaria Municipal de Gestão e Controle, órgão central do Sistema de Controle Interno Municipal, envolve o plano de organização e todos os métodos e medidas adotados pela administração para salvaguardar os ativos, desenvolver a eficiência nas operações, avaliar o cumprimento dos programas, objetivos, metas e orçamentos e das políticas administrativas prescritas, verificar a exatidão e a fidelidade das informações e assegurar o cumprimento da lei.

Neste sentido, tem-se trabalhado fortemente no desenvolvimento do Sistema de Controle Interno Municipal, mediante uma série de ações que foram desenvolvidas e outras que estão em desenvolvimento. Para o cumprimento de sua missão institucional, a Secretaria Municipal de Gestão e Controle tem atuado por meio das seguintes ações:

- Normatização de procedimentos;
- Treinamento de servidores;
- Monitoramento da execução orçamentária, financeira, patrimonial, de custos além de ações de governo, atingimento de metas a implantação de mecanismos de gestão;
- Análise de prestações de contas;
- Análise de atos de aposentadorias e pensões;
- Auditorias internas;
- Promoção da transparência, acesso à informação e ouvidoria.

Os dados do presente relatório apontam várias situações favoráveis, como superávit orçamentário, superávit financeiro, atingimento de metas de resultado primário e nominal, cumprimento dos limites de endividamento, cumprimento dos limites máximos de gastos com pessoal, cumprimento do limite mínimo em ações e serviços públicos de saúde, dentre outros.

No entanto, outras situações desfavoráveis chamaram a atenção e necessitam da adoção de medidas administrativas. Primeiramente destacamos o não cumprimento parcial do limite mínimo de aplicação em ações de manutenção e desenvolvimento do ensino. O índice verificado ficou um pouco abaixo do limite constitucional. É preciso acompanhar e adotar medidas para garantir a referida aplicação mínima. Outra situação evidenciada foi o não atingimento das metas de arrecadação. Neste caso, as metas não atingidas referem-se tão somente às Receitas de Capital, porém o não atingimento das metas inviabiliza investimentos previstos na Lei Orçamentária Anual, fazendo com que o município tenha um baixo percentual de investimentos na execução das despesas. No entanto, a situação mais preocupante se refere aos gastos com pessoal do Poder Executivo Municipal, que representaram, ao final do 2º quadrimestre do exercício, o percentual de 53,17%, ou seja, consideravelmente acima do limite prudencial (51,3%) de que trata a Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal. O Poder Executivo Municipal já havia ultrapassado o limite prudencial no fechamento do 1º quadrimestre

do exercício, ficando sujeito às vedações do parágrafo único do art. 22 da referida Lei Complementar, conforme segue:

- concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição;
- criação de cargo, emprego ou função;
- alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;
- provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;
- contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição e as situações previstas na lei de diretrizes orçamentárias.

Estas vedações, muitas vezes, prejudicam a execução de diversas políticas públicas. Assim, cabe à administração municipal adotar medidas para a redução do referido índice, seja por medidas em relação a redução de gastos em sua folha de pagamento, seja pela adoção de medidas para o incremento das receitas.

No que concerne às medidas para a redução das despesas de folha de pagamento, não vislumbramos qualquer medida. Muito pelo contrário, de acordo com informações obtidas junto à Secretaria de Administração, após o atingimento do limite prudencial foram realizadas 112 contratações temporárias de excepcional interesse público, 5 nomeações para cargos em comissão, 10 admissões de servidores efetivos e ainda foram pagas 1.268 horas extras, configurando aparente **descumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2018 (recomenda-se a abertura de sindicância para apurar os responsáveis)**. Além disso, a folha de pagamento cresce naturalmente conforme a evolução dos servidores em suas respectivas carreiras. A não adoção das providências cabíveis em relação à folha de pagamento, além de sujeitar o gestor às penalidades nos termos da LRF e Lei nº 10.028/2000, pode provocar um “colapso” nas contas públicas, a inviabilidade de execução/manutenção de diversas políticas públicas e a incapacidade de investimentos.

Por outro lado, devem também ser adotadas medidas para o incremento de arrecadação. Pelo crescimento da receita tributária municipal abaixo da inflação, percebe-se a não efetividade das ações de arrecadação adotadas pelo município. O alto valor da dívida ativa corrobora esta situação. Apesar da entrada em vigor da Lei Complementar nº 334/2017, no dia 13 de dezembro de 2017, até o fechamento do presente relatório (pouco mais de 8 meses da entrada da lei em vigor), nenhuma ação de protesto foi realizada. Soma-se a isso a quase irrisória contribuição de melhoria nos últimos anos, o que merece atenção. Afinal várias pavimentações foram entregues à população no período, no entanto, percebe-se uma queda constante desta receita. É importante destacar que não há discricionariedade em “cobrar” ou “não cobrar”. O gestor público tem o dever de arrecadar, este é um dos pressupostos da Lei de Responsabilidade Fiscal. Por fim, sabe-se da posse há pelo menos 1 (um) ano, por parte do município, do estudo para a nova “Planta Genérica de Valores”, com vistas a atualizar as bases de cálculos defasadas de muitos anos para a cobrança de tributos imobiliários. No entanto, não vislumbramos

qualquer iniciativa, estudo ou movimentação para colocá-la em prática, mediante projeto de lei a ser encaminhado ao Poder Legislativo. Esta também poderia representar uma medida de incremento de arrecadação e, ao mesmo, melhorias e atualização nas bases de cálculo, promovendo maior “justiça tributária”.

Contudo o que se quer chamar a atenção aqui, principalmente em relação às metas de arrecadação e em relação aos limites de gastos com pessoal, é que a situação vem piorando gradativamente, o que indica que medidas urgentes precisam ser tomadas. Não se quer dizer que o “protesto” dos créditos tributários ou a “Planta de Valores” são as soluções para os problemas. Apenas se quis mostrar como algumas medidas, que já deveriam ter sido iniciadas, poderiam contribuir.

Por fim, considerando os dados acima relatados, a Secretaria Municipal de Gestão e Controle alerta para a necessidade de maior engajamento dos órgãos governamentais nas ações de monitoramento do sistema de controle interno, alerta para que se atendam as recomendações realizadas nos relatórios de auditoria interna, alerta para que seja observado o disposto no parágrafo único do art. 22 da LC nº 101/2000 e alerta, também, para que se adotem as medidas necessárias para a recondução dos gastos com pessoal abaixo do limite prudencial.

Navegantes, 05 de outubro de 2018.

Fernando Sedrez Silva
Secretário de Gestão e Controle

Atesto para todos os fins, que tomei conhecimento das informações e conclusões do relatório emitido pela Secretaria de Gestão e Controle do Município sobre o acompanhamento da gestão relativamente ao 2º quadrimestre do exercício de 2018.

Navegantes, 05 de outubro de 2018.

Emílio Vieira
Prefeito